

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CAEd - CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

JOSE LUIZ BRAZ MELGUEIRO

**O MONITORAMENTO DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE: DESAFIOS
PARA A SEDUC/AM**

JUIZ DE FORA
2018

JOSE LUIZ BRAZ MELGUEIRO

**O MONITORAMENTO DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE: DESAFIOS
PARA A SEDUC/AM**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Alexandra Zanetti.

JUIZ DE FORA

2018

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

MELGUEIRO, JOSÉ LUIZ BRAZ.

O MONITORAMENTO DA FORMAÇÃO CONTINUADA
DOCENTE: DESAFIOS PARA A SEDUC/AM / JOSÉ LUIZ BRAZ
MELGUEIRO. -- 2018.

95 f.

Orientador: Alexsandra Zanetti

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2018.

1. políticas públicas. 2. gestão. 3. avaliação e monitoramento. 4. formação continuada. I. Zanetti, Alexsandra , orient. II. Título.

JOSÉ LUIZ BRAZ MELGUEIRO

**O MONITORAMENTO DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE: DESAFIOS
PARA A SEDUC/AM**

Dissertação apresentada como requisito parcial à conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Dr.orientador(a)

Membro da banca

Membro da banca

Dedico este trabalho à minha família:
irmão, cunhada, sobrinhos, filhos, netas,
noras, esposa e minha saudosa e eterna
mãe (*in memoriam*) e meus amigos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a minha mãe (*in memorian*), que não mediu esforços, para que eu e meu irmão pudéssemos concluir os estudos, apesar de ela mesma só ter terminado os seus na velhice e, nessa caminhada nos ensinando os valores de respeito e solidariedade.

À minha esposa, que nesses trinta e cinco anos de casados, sempre esteve ao meu lado, mesmo nos momentos de dificuldades nunca deixou que isso obstaculizasse meus objetivos alinhados aos seus. Por todo carinho desprendido e acompanhando, muitas das vezes, as inúmeras noites em que ficava estudando, agradeço imensamente.

Aos meus filhos Alex, Rafael, Amanda, Junior e Rebeca pelo carinho e compreensão pelas vezes em que não pude participar das confraternizações por conta dos compromissos acadêmicos.

Ao meu irmão Gabriel pelo apoio e incentivo nessa caminhada.

Ao Professor Msc David Buás, amigo de longas caminhadas pela inestimável colaboração na construção deste trabalho.

À minha orientadora Professora Doutora Alexsandra Zanetti que com suas considerações, orientações e direcionamento seguro foram fundamentais para o êxito deste trabalho.

À minha ASA Mayanna Martins que com muita paciência, por estar mais próximo durante o processo, se ombreando nas nossas reflexões com muita preciosidade.

Aos colegas e amigos da Turma B, sejam os de Minas Gerais e do Amazonas por todos os momentos que dividimos, valeu compartilhar.

RESUMO

A presente dissertação é desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O caso de gestão a ser estudado discute como é feito o monitoramento dos cursos de formação continuada ofertados pela SEDUC/AM. Os objetivos definidos para este estudo são: O objetivo geral é analisar como a SEDUC/AM monitora os cursos de formação continuada docente oferecida pela instituição, seguido dos objetivos específicos, que são: (1) descrever os instrumentos de monitoramento do programa de formação continuada da SEDUC-AM; (2) analisar se os instrumentos de monitoramento da SEDUC são compatíveis com o programa de formação continuada oferecido; (3) propor um modelo de sistema de monitoramento da SEDUC, para seus programas de formação continuada, que contemple os atores envolvidos no processo. Assumimos, como hipóteses, que instrumentos de monitoramento para avaliar o programa de formação continuada de professores podem aperfeiçoar as ações pedagógicas na melhoria da qualidade do curso oferecido e, por conseguinte, das práticas docentes. Além disso, também acreditamos que a formulação de instrumentos de monitoramento potencializa o acompanhamento das ações do programa de formação continuada dos professores, assim como verifica a qualidade deste. A pesquisa é de natureza qualitativa, sendo um estudo de caso de caráter descritivo, tendo como suporte teórico estudos feitos por Mainardes (2006) Gatti (2008), Gatti e Barretto (2009), Condé (2012), Libâneo (2013) e outros autores que discorrem acerca da avaliação e monitoramento de políticas públicas educacionais e da formação continuada. Para tanto, utilizaremos como metodologia a pesquisa bibliográfica e, como técnica a entrevista semiestruturada com os gestores do CEPAN, DEPPE e GEAQ. Essas metodologias estão ancoradas nos estudos de Duarte (2004), Severino (2007), Minayo (2010), entre outros teóricos.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Gestão. Avaliação e Monitoramento. Formação Continuada.

ABSTRACT

The following research was developed in the range of the Professional Master degree in Education Management and Evaluation (PPGP) of the Center of Public Policies and Evaluation of Education of the Federal University of Juiz de Fora (CAEd/UFJF). The management case in study discusses how the continuous formation courses offered by SEDUC/AM are monitored. The established objectives for this study are: The general objective is to analyze how SEDUC / AM monitors the courses of continuing teacher education offered by the institution, followed by specific objectives, which are: (1) to describe the monitoring tools of SEDUC-AM's continuing formation program; (2) to analyze whether the SEDUC monitoring instruments are compatible with the continuing program offered; (3) to suggest a model of the SEDUC monitoring system for its continuing formation programs, which includes the actors involved in the process. As hypothesis, we assume that monitoring tools to evaluate the continuous formation program can improve pedagogical actions in improving the quality of the course offered and, therefore, of teaching practices. In addition, we also believe that the formulation of monitoring instruments strengthens the monitoring of the actions of the teacher's continuous formation program, as well as verifying its quality. The research is qualitative in nature, being a case study of descriptive character, having as a theoretical support the studies by Mainardes (2006), Gatti (2008), Gatti and Barretto (2009), Condé (2012), Libâneo (2013) and other authors that discuss the evaluation and monitoring of educational public policies and continuous formation. For that purpose, we will use as a methodology the bibliographic research and, as a technique, the semi-structured interview with the managers of the CEPAN, DEPPE e GEAQ. These methodologies are anchored in the studies of Duarte (2004), Severino (2007), Minayo (2010), among other theorists.

Key words: Public Policies. Management. Evaluation and Monitoring. Continuous Formation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma do Centro de Formação profissional Padre José Anchieta	35
Figura 2 - Ilustração da ferramenta 5W2H	72

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Demonstrativo da Formação Continuada do CEPAN/SEDUC de 2003 a 2010	29
Quadro 2 -	Demonstrativo da Formação Continuada do CEPAN/SEDUC de 2011 e 2012	31
Quadro 3 -	Políticas Públicas – “Fases” e Questões Centrais	47
Quadro 4 -	Denominações dos entrevistados no texto	54
Quadro 5 -	Síntese do Sistema de Monitoramento em Rede	71
Quadro 6 -	Plano de Ação Educacional de Monitoramento da Formação Continuada da SEDUC-AM	74
Quadro 7 -	Formação da Coordenação e Equipe Técnica no Sistema de Monitoramento	76
Quadro 8 -	Instrumentos de Monitoramento	79
Quadro 9 -	Módulo I da Agenda de trabalho da Coordenação e Equipe Técnica de Monitoramento: Diagnóstico	80
Quadro 10 -	Módulo II da Agenda de trabalho da Coordenação e Equipe Técnica de Monitoramento: Aplicação dos Instrumentos de Monitoramento	81
Quadro 11 -	Módulo III da Agenda de trabalho da Coordenação e Equipe Técnica de Monitoramento: Tabulação e Postagem dos Dados	82
Quadro 12 -	Módulo IV da Agenda de trabalho da Coordenação e Equipe Técnica de Monitoramento: Análise dos Dados e Elaboração dos Relatórios	83

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantitativo de escolas da rede estadual de ensino do Amazonas em 2015	26
Tabela 2 - Áreas de conhecimento contempladas, modalidades de ensino, total de vagas ofertadas e o quantitativo de professores-alunos	33
Tabela 3 - Os municípios contemplados, alunos matriculados e finalistas do curso <i>Lato Sensu</i>	37

LISTA DE ABREVIATURAS

CAEd	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CEE/AM	Conselho Estadual de Educação do Amazonas
CEMEAM	Centro de Mídias do Estado do Amazonas
CEPAN	Centro de Formação Profissional Padre José de Anchieta
CF	Constituição Federal
DEGESC	Departamento de Gestão Educacional
DEPPE	Departamento Educacional de Políticas Públicas
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério
GEAD	Gerência de Educação a Distância
GEAQ	Gerência de Elaboração de Projetos, Acompanhamento e Avaliação da Qualidade da Formação.
GEAST	Gerência de Administração e Suporte Técnico
GEFOR	Gerência de Formação
GESIN	Gerência de Informática
IES	Institutos de Ensino Superior
IFAM	Instituto Federal do Amazonas
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96
MEC	Ministério da Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
PEEAM	Plano Estadual de Educação do Amazonas, Lei nº 4.183
PAE	Plano de Ação Educacional
PFC	Projeto de Formação Continuada
PI	Plano Institucional
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
SADEAM	Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas
SEDUC	Secretaria de Educação e Qualidade de Ensino
SIGEAM	Sistema Integrado de Gestão Educacional do Amazonas da SEDUC/AM
UFAM	Universidade Federal do Amazonas

UEA	Universidade Estadual do Amazonas
UNB	Universidade Federal de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	14
1	FORMAÇÃO CONTINUADA: MONITORAR PARA QUALIFICAR A FORMAÇÃO DOCENTE.....	19
1.1	A FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE BRASILEIRA	21
1.2	A FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE E A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E QUALIDADE DE ENSINO-SEDUC/AM.....	26
1.3	O ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DA FORMAÇÃO OFERTADA	34
1.4	SÍNTESE DO CASO DE GESTÃO	39
2	FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES: FORTALECIMENTO DOS PROGRAMAS E PROCESSOS EDUCACIONAIS.....	42
2.1	A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA	42
2.2	FUNDAMENTOS TEÓRICOS PARA ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA ...	45
2.3	MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS	49
2.4	METODOLOGIA	51
2.5	ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS	54
2.5.1	Perfil dos sujeitos.....	55
2.5.2	Formação continuada docente: percepção dos sujeitos.....	55
2.5.3	Monitoramento da Formação Continuada Docente.....	63
3	PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL: PROPOSTAS PARA O MONITORAMENTO DA FORMAÇÃO CONTINUADA DA SEDUC/AM.....	69
3.1	SÍNTESES DO CONTEXTO DA PESQUISA PARA PROPOSTA DE PAE ..	69
3.2	PROPOSTAS DE SISTEMA DE MONITORAMENTO DA FORMAÇÃO CONTINUADA.....	70
3.2.1	Procedimentos de Monitoramento da Formação Continuada.....	72
3.2.1.1	<i>Plano de Ação Educacional de Monitoramento da Formação Continuada...</i>	73
3.2.1.2	<i>Formação da Coordenação e Equipe Técnica no Sistema de Monitoramento</i>	75
3.2.1.3	<i>Instrumentos de Monitoramento</i>	78
3.2.2	Agenda de Trabalho da Coordenação e Equipe Técnica de Monitoramento.....	79
3.2.2.1	<i>Diagnóstico.....</i>	80
3.2.2.2	<i>Aplicação dos Instrumentos de Monitoramento.....</i>	80
3.2.2.3	<i>Tabulação e Postagem dos Dados.....</i>	81

3.2.2.4 <i>Análise dos Dados e Elaboração dos Relatórios</i>	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS	87
APÊNDICE A	89
APÊNDICE B	91
ANEXO A	93

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país de características continentais e regido pelo regime federativo. Portanto, as responsabilidades institucionais e sociais estão estabelecidas no ordenamento jurídico constitucional, assim, no que tange às premissas educacionais, as garantias e direitos estão inseridas na Constituição Federal no capítulo III da Educação, da Cultura e do Desporto, Seção I da Educação e, a partir dos artigos 205 a 214, explicitando qual o dever dos distintos entes federados colocados pela Constituição Federal. No Art. 211, parágrafos 1º, 2º e 3º ficam definidos respectivamente o campo de atuação de cada ente federado, cabendo à União a organização e financiamento do sistema federal de ensino, assim como a função redistributiva e supletiva, de forma a garantir a equalização de oportunidades educacionais objetivando garantir um padrão mínimo de qualidade do ensino. Já aos municípios cabe atuar no Ensino Fundamental e Educação Infantil de forma prioritária e aos Estados e o Distrito Federal também de maneira prioritária deve atuar no Ensino Fundamental e Médio.

Entretanto, o Brasil ainda tem apresentado dificuldades em garantir a permanência discente, bem como a oferta de formação docente, entre outras políticas públicas educacionais previstas em leis. Assim, a educação brasileira se depara com desafios tanto de implementar quanto de consolidar políticas que atendam às necessidades da sociedade na garantia de mecanismos que preveem o aluno na escola com acompanhamento de professores preparados na perspectiva de um ensino de qualidade.

É nesse contexto de mudanças e transformações que o sistema educacional brasileiro se encontra. A educação é definida como um direito de todos a partir promulgação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). Além disso, ela é fortalecida, mais precisamente, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (BRASIL, 1996), com suas diretrizes e normas, são parâmetros utilizados como premissas que nortearão este trabalho.

Nessa perspectiva, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96, com claro objetivo de provocar os sistemas públicos no âmbito da formação, em seu artigo nº 13 que define as incumbências do professor quanto às responsabilidades e competências no exercício da docência; artigo nº 62, parágrafo

2º e parágrafo único¹ que explicita a obrigatoriedade da formação superior para o exercício docente, inclusive garantindo a formação em serviço, artigo nº 63 inciso III², que remete às IES a manutenção dos cursos de formação em diversos níveis; e o artigo 67 inciso II que prevê a valorização e o aperfeiçoamento profissional também a formação continuada como obrigação dos poderes públicos inclusive com licenciamento remunerado. Assim, a LDBEN-9394/96 além de cobrar responsabilidades aos entes federados em relação à formação docente, define o papel do professor no exercício da docência. Ademais, ressaltamos que em seu Art. 67, inciso II prevê que o profissional seja valorizado no seu aperfeiçoamento profissional no que tange à formação continuada, inclusive garantindo que receba o seu salário enquanto estiver em licença para estudar.

Da mesma forma, o Plano Nacional de Educação, Lei 13.005, de 25 de junho de 2014 (BRASIL, 2014), aponta em sua meta 15 e estratégia 15.11 os mecanismos de formação continuada aos professores do Brasil. Concomitante ao PNE, o Plano Estadual de Educação do Amazonas, Lei nº 4.183 de 26 de junho de 2015 (AMAZONAS, 2015) em sua meta 16 e estratégias 16.1 e 16.2, prevê a formação continuada com a utilização de instrumentos que garantam a qualidade necessária.

Embora garantida na legislação, por meio da Carta Magna, da Lei de Diretrizes e Base da Educação – Lei 9394/96 e dos Planos Nacionais de Educação de 2001 e 2014, a formação continuada ainda não é tratada como uma política e dever de estado. Nessa perspectiva, as ações oficiais ainda são pequenas frente ao grande desafio e, muitas vezes, não existe continuidade.

Nesse sentido, esta pesquisa terá como foco compreender como é feito o monitoramento dos cursos de formação continuada docente, oferecidos pela Secretaria de Estado e Qualidade de Ensino/SEDUC-AM.

¹ Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013) § 2º A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009). Parágrafo único. Garantir-se-á formação continuada para os profissionais a que se refere o caput, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

² Art. 63. Os institutos superiores de educação manterão:

III - programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis.

A formação continuada para os docentes, de caráter *lato sensu* e *stricto sensu*, não necessariamente deve propiciar reflexões acerca de conhecimentos não observados pela formação inicial. Todavia, deve nortear novas abordagens didáticas pedagógicas, privilegiando e aprofundando conhecimentos teóricos que se entrelaçam com a prática. Dessa forma, possibilita que se repercuta em mudanças e inovações didáticas e pedagógicas. Portanto, é evidente a necessidade da oferta da formação continuada com qualidade, de forma a remeter os conhecimentos adquiridos à qualificação da prática docente.

No entanto, é comum a percepção, principalmente dos professores, de que a formação continuada também é marcada pela descontinuidade das políticas públicas educacionais. Ou seja, os gestores públicos tomam decisões que priorizam interesses desconectados do que a legislação propõe e a sociedade necessita. Além disso, por não entenderem a educação enquanto uma política de Estado e, como estratégias para o desenvolvimento social acabam por elencar as responsabilidades às iniciativas individuais docentes. É nessa disputa, que envolve a relação de poder, que estão demarcadas as condições de formação do professor e, evidentemente, as prováveis mudanças e inovações educacionais.

Assim, esse trabalho de pesquisa, apresentou vários cursos oferecidos pela SEDUC/AM, entre eles o curso de especialização *Lato Sensu* por área de conhecimento, em parceria com a Universidade Estadual do Amazonas, utilizando-os como foco de como fora feito o monitoramento destes cursos. Para desenvolver este trabalho de pesquisa, utilizaremos nossa formação enquanto educador e professor da Rede Pública de Ensino do Amazonas.

Sou professor graduado em História pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM, tenho pós-graduação em Gestão da Educação na mesma instituição e anos dedicados à sala de aula, vivenciando as satisfações e angústias dos colegas professores em relação à melhoria de suas práticas docentes. Portanto, a partir das séries iniciais da educação básica, da minha experiência em sala de aula em nível superior, e, principalmente, dos resultados acadêmicos insatisfatórios da educação do nosso Estado, além de aproximadamente 30 anos de carreira docente, acredito que posso contribuir com instrumentos que possam qualificar o objeto deste trabalho.

Essa experiência profissional, aliada aos trabalhos de assessoria técnica, realizada entre os anos de 2008 a 2012, na Coordenação Distrital de Educação

5/SEDUC, suscitaram interesses quanto ao monitoramento das ações pedagógicas no conjunto das políticas públicas estabelecidas pela SEDUC para as respectivas unidades de ensino e, o retorno da coordenadoria para as instâncias da SEDUC/SEDE, que em princípio se limitava ao envio de relatórios descritivos do trabalho realizado.

Somente após assumir a função de assessor de gabinete na Secretaria de Educação em 2012, mais precisamente no Gabinete da Secretaria Executiva Adjunta da Capital, que tem sob sua jurisdição as sete Coordenadorias Distritais de Educação (CDE), todas localizadas em Manaus, ficou mais evidente as dificuldades existentes entre as decisões tomadas pelo macro sistema, as mediações e implementações das políticas públicas realizadas pelas coordenadorias distritais de educação junto às escolas e por fim o resultado acadêmico destas.

São várias as questões que se colocam para analisar políticas públicas e seus entraves (CONDÉ, 2012) e, entre as dificuldades inicialmente percebidas uma delas foi a pouca interlocução entre o Departamento Educacional de Políticas Públicas (DEPPE), responsável pela elaboração e implantação das políticas educacionais que chegam às escolas e o Centro de Formação Profissional Pe. José de Anchieta, cuja atribuição é a formação docente. Frente a esse contexto, de um lado um departamento formula a política, mas não monitora e por outro, o CEPAN além de formular, acompanha e avalia os seus programas, no entanto, não existe um sistema de monitoramento que permita uma rápida avaliação e identificação de anormalidades na execução deste, com o objetivo de subsidiar a intervenção quando necessária. (JANNUZZI, 2016).

Portanto, foi deste cenário que nasceu o interesse de pesquisar como a SEDUC/AM monitora os cursos de formação continuada docente oferecida pela instituição, acreditando na possibilidade que ao final da pesquisa possamos apresentar uma proposta que contemple um sistema de monitoramento das políticas públicas de formação docente da instituição.

O principal objetivo desta pesquisa é analisar como a SEDUC monitora os cursos de formação continuada que a instituição oferece. Tendo como viés, a formação continuada, assim como à inquietação deste autor enquanto docente da Rede Estadual de Educação do Amazonas.

Para a realização de tal pesquisa, é de fundamental importância que se compreenda o contexto no qual o Estado do Amazonas está inserido em meio ao

cenário nacional. Além disso, entender de que maneira as políticas de cunho nacional reverberam nas políticas implantadas no Amazonas e, principalmente, como são acompanhadas pedagogicamente as ações locais. Então, para compreendermos a inserção do Amazonas nesse quadro, é fundamental que se considere as reflexões das instituições educacionais públicas e privadas do Brasil.

O conjunto de reformas educacionais implementadas, principalmente a partir da década de 1990 no Brasil, dentre as ações inseridas no contexto das reformas está à oferta da formação continuada. De acordo com pesquisas realizadas por Gatti (2008); Gatti e Barretto (2009), os cursos oferecidos demonstraram certo avanço. Entretanto, também apresentam problemas relacionados à eficácia, à validade e à escolha de critérios para o oferecimento do curso. Esses percursos analisados na visão de administradores públicos ainda apresentam problemas, principalmente na escolha de instituições que se responsabilizam pelo trabalho. Então a preocupação é investir nas instituições com melhores credenciamentos. Ainda devido à grande oferta, há o problema de comprometimento da qualidade. No entanto, mesmo com esses desafios, os resultados são satisfatórios. (GATTI, 2008).

É diante desse cenário que vamos transitar neste estudo. Ao analisar como a SEDUC monitora seus cursos de formação continuada docente, analisando também como o DEPPE e o CEPAN se colocam frente ao questionamento.

Tendo por premissa este questionamento, estabelecemos como objetivo geral deste trabalho a análise do monitoramento da formação continuada docente. Nessa perspectiva, os desdobramentos, nos objetivos específicos, são:

- 1) Descrever os instrumentos de monitoramento dos cursos de formação continuada docente da SEDUC-AM para verificar se é utilizado visando à qualidade do curso ou como mero instrumento institucional;
- 2) Analisar o instrumento de monitoramento da SEDUC para ver se é compatível com os cursos de formação continuada docente oferecido;
- 3) Propor um modelo de sistema de monitoramento da SEDUC, para seus programas de formação continuada, que contemple os diversos atores sociais envolvidos no processo.

O trabalho será estruturado em três capítulos. O primeiro abordará a construção histórica do processo de formação continuada no Brasil, a partir da década de 1990, de forma articulada com os movimentos internacionais que externaram a preocupação com a qualidade da educação. Além disso, o debate

também será ancorado na legislação oficial, que assegura a implementação³ dessa política. Por fim, descreveremos o contexto educacional e político que está delineando o processo constitutivo da formação continuada.

Na segunda parte desse capítulo será apresentado de maneira descritiva o caso de gestão objeto desta pesquisa. Nesse sentido, serão apresentados os papéis da SEDUC e seus respectivos setores responsáveis pela política, assim como o papel da UEA no processo de regime de parceria e cooperação com o programa. Por fim, serão elencados os instrumentos de monitoramento existentes que avaliam o curso.

No segundo capítulo, apresentaremos as contribuições teóricas que nos auxiliarão na compreensão da formação continuada enquanto política pública no fortalecimento dos programas educacionais. Para tanto, serão focalizados autores como: Mainardes (2006), Gatti (2008), Gatti e Barretto (2009), Condé (2012), Libâneo (2013) e outros. Serão eles os interlocutores para a compreensão tanto da política de formação quanto das dificuldades enfrentadas por ela.

Por fim, no terceiro capítulo será apresentado um plano de intervenção educacional, com a intenção de apresentar alternativas que possam contribuir para minimizar os problemas surgidos após as análises dos dados da pesquisa. Portanto, para cada ação a ser desenvolvida, será estabelecida mecanismos como objetivos, justificativas e metodologias adequadas à realidade, além de informações como o custo, o tempo de realização e quem irá se responsabilizar por tal atividade.

O plano tem por objetivo contribuir para a melhoria do programa e do trabalho realizado pelos distintos departamentos e gerências envolvidas nos programas de formação continuada da SEDUC-AM. Para tanto, deverá estar acostado nos teóricos utilizados para formulação de instrumentos de monitoramento que possam contribuir para a melhoria da atuação da SEDUC-AM na implantação⁴ dos cursos de formação continuada.

³ Implementação – significa por algo ou alguma coisa em prática.

⁴ Implantação – ato de implantar significa iniciar algo ou alguma coisa.

1 O MONITORAMENTO DA POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE DA SEDUC/AM

Neste capítulo, vamos descrever o curso de formação continuada docente com o caráter *Lato Sensu*, oferecido pela Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino do Amazonas.

Vamos descrever a situação da formação continuada no cenário da educação brasileira, utilizando *a priori* os arcabouços legais como a Constituição Federal de 1988 e outras disposições legais.⁵

Além disso, apresentaremos também as políticas para formação docente, ofertadas pela SEDUC-AM, cujo setor responsável é o Centro de Formação Profissional Padre José de Anchieta (CEPAN)⁶.

Este capítulo está dividido em três subtópicos. No primeiro, vamos descrever o cenário da educação brasileira, que se desenhou a partir da Constituição Federal de 1988 e dos adendos inseridos nela que modificaram alguns artigos; consideraremos também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei 93934/96 e o Plano Nacional de Educação – Lei 13.005 de 2014.

No segundo subtópico, descreveremos como está sendo desenvolvida a formação continuada na Rede Estadual do Amazonas, além do papel da SEDUC/AM nesse cenário e quais os setores internos são responsáveis pelo desenvolvimento da formação.

No terceiro subtópico, procuraremos explicitar como atualmente é feito o acompanhamento e o monitoramento dos programas da SEDUC quanto à formação inicial e continuada dos professores do Sistema Estadual de Educação.

⁵ (a) a Lei de Diretrizes e Bases da Educação-9394/96; (b) as metas 15 e 16 do PNE Lei 13.005 de 2014, que dispõem sobre a política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica; (c) as resoluções e normatização, emanadas pelo Conselho Nacional de Educação - MEC, como a Resolução Nº 2 de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e formação continuada; (d) o Decreto Nº 8.752 da Presidência da República, de 09 de maio de 2016; (e) Resolução Nº 2 de 13 de maio de 2016 do Conselho Nacional de Educação/MEC, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em nível superior para os funcionários da educação básica.

⁶ (CEPAN). Criado pelo decreto nº 3.633, de 03 de novembro de 1976.

1.1 A POLÍTICA DE FORMAÇÃO DOCENTE BRASILEIRA

Para podermos compreender como a formação continuada docente passou a ter maior ressonância na educação brasileira, é necessário que apresentemos um panorama político do cenário internacional e nacional, antes de apontar os aspectos legais mais recentes.

Para essa compreensão, o recorte histórico que utilizamos será a década de 1990, pois o período representa inúmeras mudanças no âmbito educacional, tanto internacionalmente quanto nacionalmente.

O primeiro movimento desse período foi a Conferência Mundial de Educação para Todos, ocorrida em Jomtien em 1990 (Fundação Victor Civita, 2011, p. 30) na Tailândia, organizado pela Organização das Nações Unidas (ONU), através do vetor da Educação, Ciência e Cultura (Unesco), do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), e foi financiada pelo Banco Mundial.

O segundo movimento foi a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizado em Nova Déli (Índia), em 1993, com a participação de nove países com o maior quantitativo populacional.

Esses eventos tinham por objetivos estabelecer instrumentos que pudessem, a princípio, equacionar uma educação de qualidade para as populações dos países partícipes (Brasil, Bangladesh, México, Egito, China, Nigéria, Indonésia, Índia e Paquistão). Essas nações, além de apresentarem uma grande população, tinham naquele momento, uma condição socioeconômica em nível de pobreza, ou em fase de desenvolvimento.

O Brasil é participante e signatário dos dois movimentos nos quais foi reconhecida a educação como um direito fundamental de todos, diretriz desmembrada no acesso, na equidade e na universalização principalmente do Ensino Fundamental. Assim, para consolidar os principais objetivos da reunião de Nova Déli, os governos assinaram um termo de compromisso, no qual se comprometiam em demandar esforços, no sentido de atender às necessidades básicas de aprendizagem de todos.

Nesse contexto, o Ministério da Educação (MEC) foi o responsável por coordenar e elaborar o Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003),

inserindo as orientações emanadas dos documentos do encontro de Jomtien e de Nova Déli. Nesse sentido, formatou a ideia de educação de qualidade, sustentada no acesso, universalização e equidade.

Nessa perspectiva, foi firmada uma série de estratégias, tais como a gestão local, o financiamento por aluno e a avaliação dos resultados escolares para melhorar essencialmente o Ensino Fundamental, o que daria um novo olhar para educação brasileira. Nesses planos de ação, seria necessária a articulação de várias ações distintas, tais como a formação inicial e a formação continuada dos docentes com qualidade.

Nessa nova conjuntura, marcada pelo reordenamento da nova ordem mundial, a educação brasileira adentra nesse novo lastro, ou seja, as políticas públicas passaram a sofrer impactos demarcados por uma orientação dos países com poder de influenciar as agendas em nível mundial (CORSETTI, 2004, p. 02), para tanto, é importante considerar o novo papel do Estado, cuja principal responsabilidade passa por ter maior controle social, mas, perde na perspectiva de intervir na economia. Nesse cenário, fundamental foi o papel do Banco Mundial e suas diretrizes para a educação, principalmente no governo de Fernando Henrique Cardoso enquanto gestor das políticas de formação de professores.

Esse período foi marcado por ações que realmente fomentaram as novas orientações. Assim uma reforma não dita, mas concretizada (CORSETTI, 2004, p. 02) demonstrou que o Brasil se coadunava com a nova ordem no âmbito educacional, dentre outros exemplos além da formação docente, os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e Médio, as Diretrizes Curriculares, a fomentação para criar os Institutos Superiores de Educação, o que provocou privatização extrema no ensino superior.

Então, fica evidente a política implementada pelo governo FHC para educação básica, isto é, que ela servisse como âncora no auxílio do crescimento econômico e a redução da pobreza, mas tirando a responsabilidade governamental do financiamento e, repassando essa responsabilidade aos organismos internacionais, notadamente o Banco Mundial.

O governo Lula, que *a priori* fora apoiado por movimentos contrários à política educacional do governo anterior, contudo, durante o primeiro mandato, foi marcado muito mais pela permanência do que rupturas ao governo anterior (OLIVEIRA, 2009, p. 198). Portanto, ficou evidente a falta de políticas regulares e em contraposição as

reformas iniciadas no governo anterior e que afrontaram os direitos e garantias conquistados na C.F. de 1988.

Assim, o governo federal, principalmente no período Lula, desafiado pelas novas demandas educacionais, foi obrigado a redimensionar seu papel enquanto protagonista das ações, principalmente no que tange ao financiamento da educação. Além disso, ele passou a atuar como mobilizador das formações docentes, em colaboração com os demais entes federados.

É importante, nessa reflexão, nos reportarmos ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF) e, por conseguinte, aos avanços perpetrados por ele. Essa evolução delineou novos papéis dos estados e municípios, como, por exemplo, a necessidade de ter um plano de carreira docente e políticas públicas, consolidadas via o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Assim, o FUNDEB atendeu ao conjunto da Educação Básica, bem como à valorização do profissional, não somente na questão financeira, mas, sobretudo ao alinhar políticas de formação continuada. Como bem destaca Gatti (2008, p. 64), o FUNDEB ofereceu “pela primeira vez na história educacional do país, respaldo legal para o financiamento sistemático de cursos de formação de professores em serviço”.

Contextualizadas as ações políticas, reverberadas por encontros internacionais e endossada pelas decisões endógenas, isto é, tomadas internamente pelo governo brasileiro, esse subtópico também descreveu os aspectos legais que garantem os direitos à educação, inclusive a formação docente. Nesse sentido, enfatizamos à Constituição Federal de 1988 que, em seu Art. 214 aponta:

A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que em seu inciso terceiro preconiza a melhoria da qualidade do ensino. (BRASIL, 1988, s.p.).

Assim, reforçando a importância de se oferecer uma educação melhor à sociedade, subjacentes ao texto, entendemos que o inciso em tela nos remete à prática docente. Ou seja, é dever do Estado, nas distintas esferas de poder, oferecer a formação inicial e continuada docente com qualidade, para que o

professor possa exercer com competência e habilidade o seu ofício profissional.

Para além da Constituição Federal, também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96, aponta para a formação docente de caráter inicial e continuada. Portanto, podemos elencar os seguintes artigos:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013) § 2º A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009). Parágrafo único. Garantir-se-á formação continuada para os profissionais a que se refere o caput, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

Art. 63. Os institutos superiores de educação manterão:

III - programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis.

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim. (BRASIL, 1996, s.p.).

Ao refletir acerca dos enunciados da LDBEN 9694/96, verificamos que o art. 67, dita a obrigatoriedade dos entes federados de implantar políticas direcionadas à formação continuada dos docentes. Também determina a construção de resoluções pelas instâncias locais deliberativas, seja de caráter municipal ou estadual que devem ratificar o previsto na LDBEN. Assim, ao longo desse processo, foram realizados inúmeros seminários e fóruns, até que, em 2001, foi aprovado o primeiro Plano Nacional de Educação com duração de dez anos, pós LDBEN. Ao encerrar o período de vigência em 2011⁷ um novo plano foi discutido e aprovado pelos

⁷ O projeto que validaria o PNE 2011-2020 ficou parado por aproximadamente dois anos no Congresso Nacional sem aprovação. O impasse foi fruto de disputas de interesses de grupos políticos e econômicos envolvendo o Executivo e o Legislativo. Assim como a falta de compreensão dos parlamentares sobre a prioridade que deve ser dada a educação pública. Nesse contexto, o PNE só foi aprovado para o decênio de 2014-2024.

segmentos sociais em 2014, e referendado na Conferência Nacional de Educação que, entre deliberações, apontou a formação continuada como meta a ser cumprida.

O Plano Nacional de Educação, lei 13.005 de 25 de junho de 2014 em sua meta 15, prevê uma política de formação dos profissionais da educação, em regime de colaboração entre os entes federados. Essa possibilidade pode ser vista nos capítulos alusivos, inseridos na LDB – Art. 61, bem como na estratégia 15.11 que garante a formação continuada para os profissionais da educação de outros segmentos, além do magistério.

O Plano Nacional de Educação, também ratificou as deliberações estabelecidas tanto na LDBEN quanto na Constituição Federal, apresentando em suas metas, o detalhamento nas estratégias e a preocupação em reforçar a necessidade de formação docente.

No mesmo caminho, o Plano Estadual de Educação do Amazonas, em sua meta 16 estabelece:

Formar, em nível de Pós-Graduação (*Lato Sensu e Stricto Sensu*), 60% dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência deste Plano Estadual de Educação (PEE/AM), e garantir a todos os profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino e Estratégias 16.1 Planejar e oferecer em parceria com os municípios e IES públicas e privadas, cursos presenciais e/ou a distância em calendários diferenciados que facilitem e garantam aos docentes em exercício a formação continuada nas diversas áreas de ensino, a partir do primeiro ano de vigência deste PEE/AM; 16.2 Realizar, em parceria com os entes federados, formação continuada, presencial e/ou a distância, aos profissionais da educação, oferecendo-lhes cursos de aperfeiçoamento, com inclusão das novas tecnologias da informação e da comunicação, garantindo acesso aos acervos bibliográficos estaduais e municipais para pesquisa (impresos e digitais) além do fornecimento de equipamentos na vigência do PEE/AM. (AMAZONAS, 2015, p. 122-123).

Ao longo dessas duas décadas, leis foram aprovadas visando melhorar a qualidade da educação brasileira e, assegurar espaços de formação aos profissionais da educação e do ensino. Além disso, foram inseridos, nesse processo, outros segmentos de trabalhadores não docentes, mas que estão no espaço escolar. Ademais, na legislação também foram elencadas as responsabilidades, para cada ente federado, no conjunto dos programas de formação continuada. Então, cada estado e município deve cumprir o papel de disseminador das leis

oriundas das instâncias deliberativas da educação, tornando-as conhecidas considerando suas peculiaridades locais e regionais, as realidades do seu sistema educacional e atendendo às questões legais. Nesse sentido, as leis devem ser consonantes entre o que propõe a legislação federal e as respectivas leis, resoluções nos âmbitos estaduais e municipais.

1.2 A POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE E A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E QUALIDADE DE ENSINO-SEDUC/AM

Tendo como objetivo oportunizar aos professores da Rede Estadual uma aprendizagem significativa e reflexiva, assentada em uma política de formação pautada em planejamento, coordenação, execução e avaliação, valorizando o contexto profissional do professor que ele possa exercer sua prática com eficiência e eficácia, são estas algumas questões que estão explicitadas no Plano Institucional do CEPAN, porém, na prática, o que foi verificado na pesquisa, é que isso ainda não acontece. Portanto, é de suma importância que o programa de formação continuada da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino - SEDUC-AM possa ser acompanhado. Nesse sentido, ele deve ser monitorado enquanto um programa que possa instrumentalizar, de forma clara e objetiva, o exercício da práxis no processo de ensino e aprendizagem, objetivando o alcance de uma educação de qualidade.

A Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino, órgão da administração direta do poder executivo do governo do Estado do Amazonas, tem sede na capital do Estado, e a Rede Estadual de Ensino sob sua jurisdição conta com 234 escolas na capital e 347 no interior, totalizando 581 escolas que atendem aos alunos do ensino Fundamental e do Ensino Médio, de acordo com a Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 - Quantitativo de escolas da rede estadual de ensino do Amazonas em 2015

Etapa de Ensino	Capital	Interior	Total
Ensino fundamental ano iniciais	19	98	117
Ensino fundamental anos finais	59	139	198
Ensino médio regular	92	132	224

Tabela 1 - Quantitativo de escolas da rede estadual de ensino do Amazonas em 2015

Etapa de Ensino	Capital	Interior	Total
Ensino médio mediado por tecnologias	00	103	103
EJA fundamental	45	91	136
EJA médio	27	78	105

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da SEDUC/DPGF/GEPES (2017).

Para o atendimento dos profissionais que atuam nessa rede, no âmbito da formação, institucionalmente existe o Centro de Formação e Treinamento de Professores Padre José de Anchieta (CEPAN), que é um departamento vinculado à SEDUC/AM que desenvolve atividades de formação inicial e continuada tanto na capital quanto no interior do Estado do Amazonas. Instituído em 1968, o CEPAN iniciou suas atividades na escola confessional “Preciosíssimo Sangue de Cristo”, cidade de Manaus, onde desenvolveu cursos de formação de professores, tendo como pressuposto pedagógico o aprimoramento de profissionais da área de educação. Esses cursos foram fundamentados em princípios e políticas que se operacionalizavam, por meio de linhas de ação, em forma de cursos de atualização, aperfeiçoamento e capacitação, voltados para a formação dos professores da Rede Pública de ensino do Estado do Amazonas.

No período de 1976-1990, o CEPAN desenvolveu cursos de capacitação e treinamento de professores e servidores públicos, primando pelo planejamento e execução de metodologias não convencionais, mas elaboradas de acordo com a legislação vigente e aprovadas pelo Conselho Estadual de Educação (CEE/AM). Nesse sentido, capacitou professores leigos da zona rural dos municípios do Estado, em nível de 1º grau e, posteriormente, habilitando-os em nível de 2º grau para o exercício do magistério no Ensino Fundamental, nas áreas de 1) Comunicação e Expressão, 2) Ciências e Matemática, 3) Estudos Sociais, 4) Pré-Escolar, 5) Educação Física, 6) Educação Especial, 7) Alfabetização e Educação Artística. Além dos quatro cursos supramencionados, o CEPAN atendia em regime de externato e internato, estudantes e professores oriundos de outros estados e/ou do interior do Amazonas.

A qualificação e a formação continuada são os principais objetivos das atividades do CEPAN, com apoio dos demais departamentos da SEDUC/AM, como o Departamento de Políticas Públicas (DEPPE) e o Departamento de Gestão Escolar (DEGESC), que objetivam o exercício das práticas educativas nas suas distintas dimensões, sejam pedagógicas, administrativas e políticas, alusivas aos segmentos do ensino da Educação Básica.

Entre os anos de 2003 a 2010, o CEPAN desenvolveu mais de 50 cursos de formação inicial e continuada, em parceria com o MEC, via instituições federais, estaduais e privadas, tais como a Universidade Federal do Amazonas (UFAM); Universidade Estadual do Amazonas (UEA) e o Instituto Federal do Amazonas (IFAM), assim como as instituições credenciadas e pertencentes ao sistema nacional de formação, como a Universidade Federal do Pará (UFPA); Universidade de Brasília (UnB); a Universidade Estadual de São Paulo (UNESP) e IES privadas, como a Universidade Luterana do Brasil/ULBRA; Faculdade Marta Falcão; Universidade La Salle/UNILASALLE e Faculdade Salesiana Dom Bosco. Essa colaboração foi ampliada a partir da política de formação continuada, estabelecida pelo Estado em 2005.

Nesse percurso da SEDUC/AM em relação à formação continuada no Estado, os dados preliminares (Relatório de Planejamento do CEPAN 2005-2012) apontam que a partir de 2005, quando as atividades vinculadas a essa formação efetivamente tiveram início, foi feito um diagnóstico que envolveu profissionais do ensino da capital e do interior do Amazonas. Os dados apontavam que aproximadamente 30% de professores do Estado não tinham participado de qualquer tipo de formação por 10 a 15 anos. Contudo, é necessário apresentar os dados acerca da formação em anos anteriores.

No ano de 2003, foram oferecidas três formações continuadas, nas quais 3.372 profissionais do ensino foram contemplados. Em 2004, foram duas formações para atender a 1694 professores; no ano de 2005 foram atendidos 2.921 em quatro formações; em 2006 foram 1.847 profissionais; em 2007 foram atendidos 3.300; assim como em 2008 foram 2.160, sendo que 620 profissionais tiveram formação direcionada aos municípios do interior. Em 2009 e em 2010, também houve formação exclusiva para o interior e 1.082 profissionais foram beneficiados com distintas formações continuadas, tanto de caráter presencial quanto a distância, tais como: Informática na Educação, Integração Escolar *versus* Comunidade, Mídias na

Educação, Conhecimento Lúdico da Matemática, Gestão Escolar, entre outros. Dentre esses vários cursos de formação continuada, oferecidos pela SEDUC/AM via CEPAN, os relatórios pesquisados apresentam aproximadamente trinta formações continuadas realizadas, entre os anos de 2003 e 2010. Por outro lado, fica claro, no relatório elaborado pelo CEPAN, que inicialmente não é apresentado o quantitativo de vagas oferecidas e nem o quantitativo de concluintes. Para tanto, apresentaremos o Quadro 1 especificando os dados apresentados da formação continuada:

Quadro 1 - Demonstrativo da Formação Continuada do CEPAN/SEDUC de 2003 a 2010

Ano	Ação	Público	Quantitativo	Municípios atendidos
2003	1. Especialização <i>Lato Sensu</i> . 2. Informática na Educação. 3. Em TV escola	Professores	3.372	Capital e Interior
2004	1. Informática na Educação. 2. Integração Escola/Comunidade 3. I Simpósio da Educação Continuada	Professores, Gestores e Pedagogos.	1.694	Capital
2005	1. Língua Inglesa 2. Para classes de aceleração. 3. Formação em Leitura e Escrita. 4. Para professores de ciclos – Currículos	Professores	2.921	Capital e Interior
2006	1. Mídias na Educação. 2. Gestão Escolar. 3. Lúdico da Matemática	Professores, Gestores e Pedagogos.	1.847	Capital e Interior
2007	1. Pós-Graduação em Gestão Escolar. 2. Formação para professores de EJA. 3. Formação para professores de Línguas Estrangeiras, Matemática, História, Geografia e Artes	Gestores Professores Professores	3.300	Capital e Interior
2008	1. Formação em Linguagem e Código, Gestão Planejamento e Avaliação. 2. Educação Ambiental.	Professores Gestores Gestores, Professores e Pedagogos.	2.160	Capital e Interior

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Relatório CEPAN de 2003-2010.

Quadro 1 – Demonstrativo da Formação Continuada do CEPAN/SEDUC de 2003 a 2010

Ano	Ação	Público	Quantitativo	Municípios atendidos
2009	1. Gestão, Planejamento e Avaliação. 2. Línguas Estrangeiras, Matemática e Ciências.	Gestores, Pedagogos e Professores	620	Interior
2010	1. Mídias na Educação. 2. Línguas Estrangeiras. 3. História e Geografia. 4. Ciências.	Professores	1.082	Interior

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Relatório CEPAN de 2003-2010.

Os documentos pesquisados nos dizem que os cursos foram ofertados e concluídos. Além disso, foram pensados e planejados em decorrência principalmente das exigências legais. No entanto, temos a hipótese de que não há qualquer avaliação e monitoramento realizado a partir da conclusão dos cursos oferecidos, uma vez que, não encontramos documentos relacionados a elas.

Em 2007, foi criado o curso Mídias Aplicadas à Educação, que procurava disseminar a importância do uso das mídias e tinha por meta capacitar 5.000 professores até 2011 na modalidade presencial e à distância, para atender aos 62 municípios do estado. No entanto, foram contemplados somente 3.565 docentes.

A partir de um planejamento para o quadriênio 2011-2014, a principal ação implementada foi o Programa de Capacitação a Distância para Gestores Escolares – PROGESTÃO, uma parceria CONSED, UNDIME, SEDUC e UEA, que teve sua primeira edição no biênio 2006–2008, com o caráter modular e semipresencial, opcional para os gestores e profissionais que desejassem assumir o cargo de gestor (OLIVEIRA, 2016, p.49). No biênio 2014–2015 foi ofertada a segunda edição do programa cujo público-alvo eram professores, pedagogos e gestores dos municípios de Atalaia do Norte, Barcelos, Coari, Itapiranga, Iranduba, Manacapuru, Manaquiri, Manaus, Silves, Santo Antônio do Iça, São Paulo de Olivença e Uarini (OLIVEIRA, 2016, p.50-51).

Os programas visam ampliar o horizonte educacional dos docentes e, enriquecer o processo de ensino e aprendizagem nos mais distintos e diversos

espaços educativos. Com objetivo de deixar mais visível as ações durante o período, apresentamos o Quadro 2 a seguir: .

Quadro 2 - Demonstrativo da Formação Continuada do CEPAN/SEDUC de 2011 e 2012

Ano	Ações desenvolvidas	Quantitativo de cursistas
2011	Formação continuada para professores do Ensino Fundamental, Português e Matemática, Pró - letramento.	2.975 da Capital e Interior
	Português e Matemática pelo GESTAR II	76 da Capital e Interior
	Linguagem e Códigos e demais áreas do conhecimento.	619 do interior
	Mídias aplicadas à educação.	3.565 da Capital e Interior
2012	Especialização em Gestão Escolar	573 da Capital e Interior
Total		7.808

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Relatório do CEPAN das Ações de 2005 a 2012.

Para sustentar a política de formação em suas diferentes dimensões, o CEPAN dispunha de três gerências vinculadas à diretoria do centro. (I) A Gerência de Educação a Distância (GEAD), responsável pelos programas de educação à distância propostos pelo MEC/SEED, através de convênios entre a SEDUC e as Prefeituras Municipais; (II) Gerência de Administração e Suporte Técnico (GEAST), responsável de planejar, programar e executar as condições de operacionalização das ações pedagógicas e administrativas; (III) e a Gerência de Formação (GEFOR), que tem a responsabilidade de oportunizar a formação inicial e continuada dos profissionais da educação, principalmente viabilizando espaço de intercâmbio de experiências, fortalecimento de conceitos, construção de conhecimento e ressignificação de todo o trabalho pedagógico desenvolvido na sala de aula, ofertando e realizando a formação continuada tanto na capital quanto no interior, adequando cada curso à realidade de cada escola ou município.

Ao longo desse trabalho, o CEPAN exerce papel fundamental na política de formação docente do Estado do Amazonas, bem como participa e contribui para as discussões no Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente, que é formado pelas instituições fomentadoras dessas políticas. Além disso, dispõem de subsídio em forma de documentos, apresentados pelas instituições que pertencem ao fórum para que se estabeleça uma formação continuada de qualidade.

Para dar ênfase a esta pesquisa, usamos, como exemplo, entre outros, o curso de especialização *Lato Sensu*, oferecido para os docentes de Manaus e para os dos municípios do interior do Amazonas. Para tanto, descreveremos a estrutura do curso que foi oferecido, as áreas contempladas, os quadros com as respectivas vagas e as conclusões, buscando elementos que permitam uma análise mais criteriosa destes e dos demais cursos.

Essa escolha parte do princípio que, entre os cursos de formação continuada ofertados, o de especialização foi antecedido por um projeto básico que delineou todo o processo. Nessa perspectiva, foi baseado em uma concepção de educação voltada para a construção da cidadania consciente e ativa, oferecendo aos alunos conhecimentos para que possam refletir e atuar frente às transformações em curso. Dessa forma, os professores poderão atuar de forma comprometida com os saberes e com a aprendizagem dos alunos, respeitando suas diversidades pessoais, sociais e culturais.

Para além desses princípios, o projeto formulado do curso deixou clara a responsabilidade do CEPAN na formatação do cronograma, no acompanhamento das aulas e na elaboração do instrumento de monitoramento, permitindo que se possa realizar a pesquisa do conjunto da formação continuada oferecida pela SEDUC utilizando como recorte o curso de especialização que descrevemos a seguir.

Partindo da premissa de qualificar seu quadro docente, a Secretaria de Educação do Amazonas lançou, em 2013, o Curso de Formação Continuada em *lato sensu*, em nível de Especialização, nas áreas de Língua Portuguesa, Geografia, História, Sociologia, Ensino da Arte, Biologia, Ciências Naturais, Matemática, Química, Física, Educação Física, com 360 h/a em 04 (quatro) municípios: Manaus, Tabatinga, Tefé e Parintins. Esses dados podem ser verificados na Tabela 2 a seguir:

Tabela 2 - Áreas de conhecimento- cursos contemplados, etapas de ensino, total de vagas ofertadas e o quantitativo de professores-alunos.

MUNICÍPIO	CURSOS	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO	TURMAS	TOTAL ALUNOS
Manaus	Ciências	X		03	150
	Geografia	X		03	150
	Matemática	X		03	150
	Ed. Física	X		06	300
	Biologia		X	03	150
	Química		X	03	150
	Física		X	03	150
	Ed. Física		X	06	300
	Geografia		X	03	150
	Sociologia		X	03	150
	Matemática		X	03	150
	TOTAL			39	1.950
Parintins	Ciências	X		01	50
	Biologia		X	01	50
	Química		X	01	50
	Física		X	01	50
	L. Portug.		X	01	50
	Geografia		X	01	50
	História		X	01	50
	Matemática		X	01	50
TOTAL			08	400	
Tabatinga	L. Portug.		X	01	50
	Geografia		X	01	50
	Matemática		X	01	50
TOTAL			03	150	
Tefé	Ciências	X		01	50
	Biologia		X	01	50
	Química		X	01	50
	Física		X	01	50
	L. Portug		X	01	50
	Geografia		X	01	50
	História		X	01	50
	Matemática		X	01	50
TOTAL			08	400	
	TOTAL GERAL			58	2.900

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Projeto Básico que formula o curso de especialização (2013).

Quando se trata de estudar um programa de formação de professores, é fundamental que se tenha como referência o alcance de suas demandas. Nesse sentido, a escolha desse curso não foi aleatória, visto que o instrumento que conta no Anexo A é um exemplo do que é utilizado a princípio para obter informações e alguns referenciais de um curso oferecido, o que indica uma preocupação por

verificar se seus propósitos foram atingidos. No entanto, para cada curso ofertado, é elaborado um instrumento específico. No curso de especialização pesquisado, não houve um instrumento de monitoramento.

1.3 O ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DA FORMAÇÃO OFERTADA NA SEDUC/AM

No processo de assumir responsabilidades em relação às implementações das políticas públicas educacionais, principalmente aquelas de caráter da formação docente, a SEDUC se fundamenta basicamente nas resoluções que o Conselho Nacional de Educação (CNE) estabelece e que tratam da formação inicial, da formação continuada e da valorização dos profissionais da educação.

Assim sendo, as instituições de educação que oferecem cursos de formação inicial e continuada, partindo das premissas acima elencadas, devem contemplar em sua estrutura organizacional a articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Além disso, para garantir um padrão de qualidade acadêmica, devem estar em consonância com a elaboração do Plano Institucional (PI), em que estejam inseridos o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o Projeto de Formação Continuada (PFC) de acordo com o Plano Institucional do CEPAN.

A Lei Delegada n°. 78, de 18 de maio de 2007 (AMAZONAS, 2007) assegura ao CEPAN a coordenação do processo de definição, implementação, execução e avaliação das políticas de formação inicial e continuada para profissionais de educação e demais colaboradores; implementação de programas técnicos pedagógicos, direcionados às unidades escolares com a utilização de recursos tecnológicos; viabilização do centro como espaço alternativo de formação e estabelecimento de parcerias com instituições de ensino e pesquisa, visando à melhoria do processo educacional.

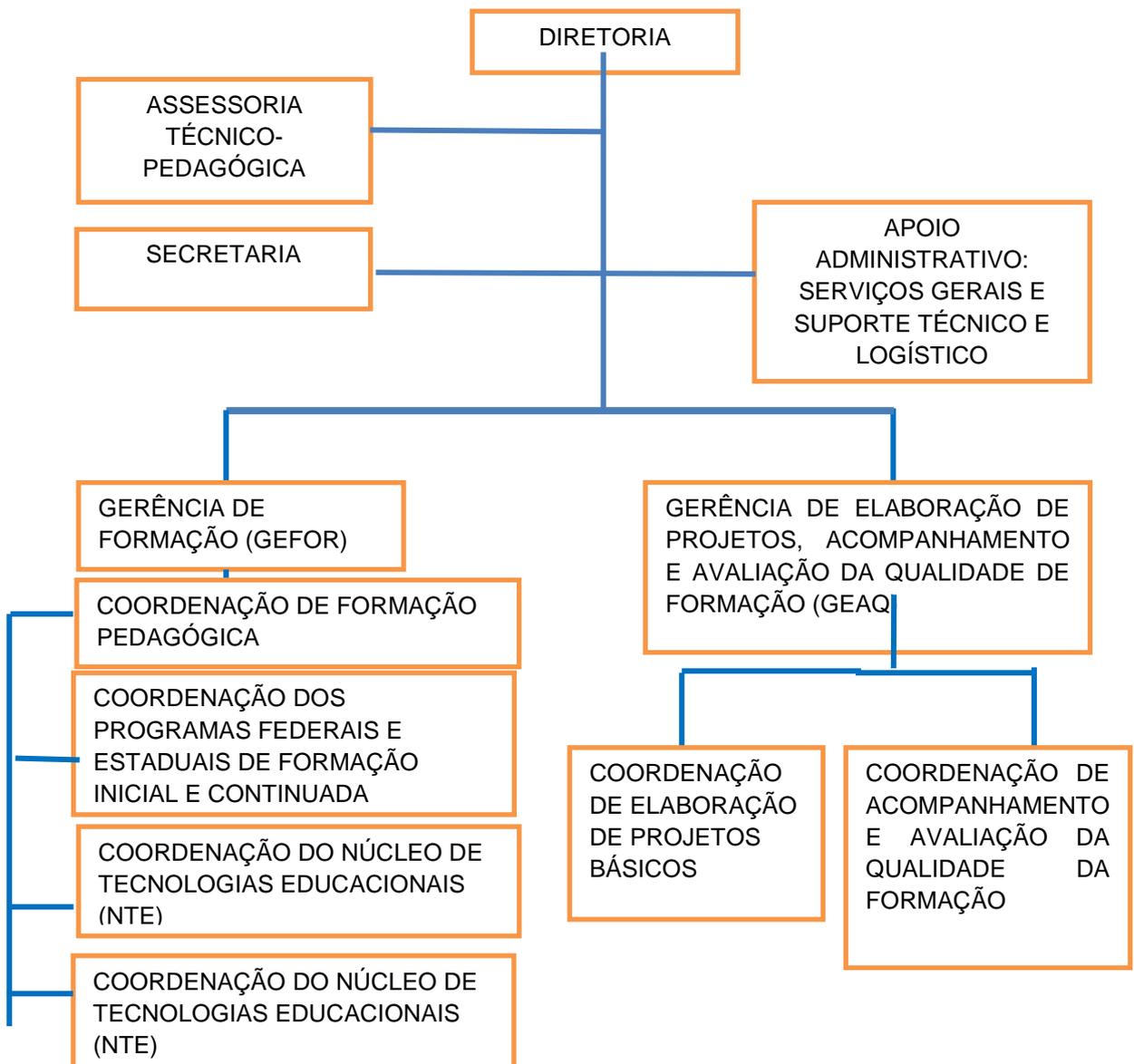
Neste sentido, conforme já mencionado, o Centro de Formação e Treinamento de Professores Padre José de Anchieta (CEPAN), um departamento vinculado a SEDUC/AM, tem a prerrogativa de desenvolver atividades de formação inicial e continuada, tanto na capital quanto no interior do Estado do Amazonas.

Para que possamos nos situar quanto às responsabilidades e procedimentos institucionais destinadas ao CEPAN, é de fundamental importância observar o seu

organograma, referenciais que permitam obter respostas aos questionamentos apresentados e que serão objetos desta pesquisa.

O Organograma do CEPAN, inserido no Plano Institucional e articulado com seu Projeto Político Pedagógico e o Regimento Interno, apresenta a seguinte configuração, de acordo com a proposta programada para o quadriênio 2016 – 2019.

Figura 1 - Organograma do Centro de Formação profissional Padre José Anchieta



Fonte: Plano Institucional do Centro de Formação Profissional “Padre José Anchieta” (2016).

Nesse escopo, fruto da reestruturação e reordenamento feitos em 2016, a diretoria tem a responsabilidade de coordenar todas as atividades desenvolvidas pelo CEPAN, estando subordinada diretamente ao Gabinete da Secretaria Executiva

Adjunta Pedagógica da SEDUC/AM. Além disso, deve coordenar as atividades das gerências responsáveis pela formação, que são ligadas diretamente à Diretoria Geral.

Com as atribuições de estruturar as propostas de formação continuada, a Gerência de Formação (GEFOR), levando em consideração os índices e indicadores nacional e estadual, define, em conjunto com suas respectivas coordenações, o caráter do projeto de formação continuada. Nesse sentido, procura contemplar as áreas, modalidades e níveis de ensino, por meio de metodologias e recursos didáticos inovadores, adequando os cursos de formação a partir do diagnóstico encaminhado pela Gerência de Elaboração de Projetos, Acompanhamento e Avaliação da Qualidade da Formação (GEAQ). A GEFOR também tem a incumbência de promover fóruns e seminários temáticos acerca da formação e desenvolvimento profissional.

A GEAQ tem as atribuições de acompanhar e avaliar o desenvolvimento dos programas, cursos de formação inicial e continuada de educação básica, ofertada pela SEDUC via CEPAN. Nesse sentido, ela procura tabular e sistematizar os instrumentos de avaliação da formação realizada, podendo, assim, analisar junto com suas coordenações a melhoria dos processos de formação para identificar, selecionar, priorizar e fazer a atualização da avaliação, de acordo com as demandas.

A avaliação e o monitoramento dos cursos são realizados de acordo com os projetos elaborados pela Gerência de Formação (GEFOR) e Gerência de Elaboração de Projetos, Acompanhamento e Avaliação da Formação (GEAQ). Neles, são delineados os documentos assentados na avaliação de desempenho do formador; autoavaliação do cursista; e avaliação do curso e da formação. São elaboradas fichas preenchidas pelos cursistas com informação sobre o curso oferecido, ressaltando que todas as considerações são colocadas em um único instrumento. A princípio, sob a orientação da GEAQ, a ficha é composta por cinco blocos, sendo o bloco 1: Identificação da Ação de Formação, que tem por objetivo identificar a qual curso o aluno se refere. Assim, deve ser preenchido o nome do curso, o formador, o local que foi realizado e o respectivo período. O bloco 2 é composto pela articulação, infraestrutura e recursos, abrangendo aspectos relacionados às condições de infraestruturas para o funcionamento do curso, bem como se os recursos técnicos e tecnológicos atenderam às necessidades das aulas

e se a carga horária foi compatível. O bloco 3 sugere se a Metodologia e Desempenho do Professor Formador é compatível com a ementa proposta, assim como questionamentos acerca do domínio e conhecimento do assunto pelo formador, além de avaliar sua prática pedagógica, bem como se é preparado para sanar as dúvidas apresentadas pelos alunos. O bloco 4 “AutoAvaliação” é voltado para questões relacionadas ao aluno, com perguntas sobre a sua participação no curso (se era ativa ou não), se tinha conhecimento prévio dos conteúdos trabalhados e se o curso por ventura melhorou a sua prática docente. Já o último bloco é destinado ao registro das possíveis sugestões de melhoria para o curso.

Os blocos 1 a 4 são apresentados em um quadro que delimita de 1- insuficiente; 2 – Regular; 3- Bom e 4 - Ótimo para cada tópico (Anexo A).

A elaboração do instrumento de acompanhamento e monitoramento do curso é de responsabilidade da equipe GEAQ, assim como a aplicação e o recolhimento do formulário preenchido pelo aluno. Também é de responsabilidade desta gerência a orientação do discente acerca de como preencher a ficha, comumente realizada nas salas de aulas ao final do curso, visto que o aluno é esclarecido durante as aulas da importância e da necessidade de externar suas considerações sobre o curso.

Para os cursistas do interior, segue os mesmos procedimentos, exceto quando não é possível para a equipe se deslocar ao município. Nesse caso, o professor formador aplica e recolhe o formulário de acompanhamento e monitoramento, que posteriormente é entregue a GEAQ. De acordo com a Tabela 3, a seguir, 1.010 professores/alunos preencheram o formulário. Segundo informações preliminares, após esses procedimentos, o instrumento é encaminhado ao arquivo do CEPAN.

Tabela 3 - Os municípios contemplados, alunos matriculados e finalistas do curso *Lato Sensu*.

Município	Quantidade de alunos ativos	Quantidade de alunos finalistas
Manaus	792	705
Tefé	110	90
Tabatinga	123	82
Parintins	172	133
Total	1197	1010

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Relatório do CEPAN/SEDUC (2015).

Quanto ao que é feito com esses instrumentos, não temos informações consistentes, tanto que este é o foco principal da nossa pesquisa. Ou seja, o que procuramos saber é como é realizado e se as considerações dos docentes/alunos são analisadas para que se tenham resultados satisfatórios e que atendam às necessidades deste público. Nesse sentido, não se percebe que existam procedimentos de acompanhamento e monitoramento dos cursos ofertados de maneira sistemática.

O curso de formação continuada e seu monitoramento também se inserem dentro desse arcabouço. Em seu projeto básico, é determinado que a avaliação será aferida mediante questionário, cujo instrumento avaliativo é elaborado pela contratante, no caso, a SEDUC, não dividindo essa responsabilidade com a instituição contratada. O instrumento proposto para o monitoramento do curso de especialização deve contemplar uma avaliação de desempenho do formador, com dimensões como: clareza e objetividade nas exposições; atenção aos esclarecimentos de dúvidas; assiduidade e pontualidade; adequação ao conteúdo do curso às atividades pedagógicas; ética e postura profissional; e segurança e domínio de conteúdo (Anexo A, p. 93).

Além disso, no instrumento também deve existir uma autoavaliação do cursista, que deve constar aspectos referentes à: participação e realização das atividades propostas; assimilação do conteúdo programático; assiduidade e pontualidade; oferecimento de subsídios para a práxis; e compreensão da metodologia do curso. Por fim, o documento deve apresentar a avaliação do curso/formação, com a delimitação dos aspectos da metodologia, carga horária, conteúdo programático, recursos e material didático (Considerações apresentadas no Projeto Básico do curso).

Portanto, considerando os dados do curso, havia a oportunidade para que 2.900 professores pudessem ser contemplados com a formação *Lato Sensu*. Entretanto, vale ressaltar que 3.000 professores solicitaram inscrição neste curso, mas somente 1.197 confirmaram a inscrição e desses, 1.010 concluíram o curso. Nesse sentido, fica evidente a necessidade de se debruçar em uma pesquisa que possa qualificar o instrumento de monitoramento, ou mesmo construir uma proposta que contemple as lacunas que por ventura existam.

Em se tratando do curso de formação continuada em estudo, percebo, através de leitura preliminar dos relatórios e, na fala da gerente da GEAQ que não

houve nenhum instrumento de monitoramento que permitisse uma avaliação do curso oferecido. Portanto, a SEDUC-AM não teve acesso a quaisquer documentos, seja relatório, instrumento de monitoramento, que possa ter sido feito pela UEA.

Esta é a premissa estabelecida no projeto básico, que indicou a UEA como a instituição que iria realizar a formação continuada para os professores da SEDUC-AM: “A avaliação será aferida mediante questionário, cujo instrumento avaliativo é elaborado pela contratante”. Na questão, não fica definida quem será avaliado e nem como será feito o monitoramento, daí afirmarmos que a ficha hoje utilizada é insuficiente para se considerar a qualidade.

Para atender à perspectiva de qualificar *a priori* a pesquisa, buscamos, junto ao CEPAN, informes, relatórios e documentos que pudessem colaborar para obter evidências de que era feito a avaliação e monitoramento dos diversos cursos de formação inicial e continuada que foram ofertados. Todavia, tivemos acesso a alguns relatórios e, considerando que não obtivemos informações sobre as formações oferecidas e concluídas dos anos de 2011 a 2014, optamos em encontrar novos caminhos para a pesquisa. Entretanto, a princípio, não encontramos nenhum instrumento que foi utilizado para avaliar e monitorar os cursos descritos, não permitindo que possamos inferir, nesse primeiro momento, nenhuma consideração a respeito.

Assim, como dispomos de somente um instrumento de avaliação e monitoramento, relativo ao curso de especialização que será objeto deste trabalho, também realizamos mais pesquisas bibliográficas e entrevistas com os diretores do CEPAN e DEPPE. Além disso, também foram entrevistadas as respectivas gerências ligadas à área da formação. Depois de percorrer esses caminhos, pretendemos responder questionamentos como: Por que não existem instrumentos claros de avaliação e monitoramento dos cursos oferecidos? Qual o papel dos distintos departamentos na formação continuada? Quem elabora e como é feita a análise dos instrumentos de avaliação e monitoramento existentes? E se existe um sistema de monitoramento da formação continuada?

1.4 SÍNTESE DO CASO DE GESTÃO

Atualmente, as mudanças no campo socioeconômico provocadas principalmente pela inserção de parcela significativa da população que antes

desconhecia seus direitos passam agora a cobrar esses das autoridades constituídas, a necessidade de maiores investimentos na educação, sejam eles no âmbito da infraestrutura das escolas, ou para atender à legislação que aponta a universalização dos níveis e modalidades de ensino, com isso também fica explícito a qualificação do profissional da educação, além de infringir transformações substanciais na sociedade, também alteram as perspectivas da educação, colocando sobre ela inúmeros desafios. Nesse sentido, esforços devem ser empreendidos, no sentido de fortalecer a profissionalização e o aperfeiçoamento docente para o bom desenvolvimento do trabalho pedagógico. A Secretaria de Educação e Qualidade de Ensino (SEDUC/AM) apresenta dificuldades em estabelecer um trabalho de formação continuada sistemática, contínua e colaborativa entre os seus distintos departamentos. Não obstante, a formação continuada é de responsabilidade do CEPAN, mas outros setores tomam para si essa atividade, dificultando a organização macro e, por conseguinte, as informações que chegam à escola são eivadas de ruídos de comunicação. Em suma, não há um ordenamento do sistema macro que defina as interlocuções a serem estabelecidas e compartilhadas pelos distintos departamentos em relação à formação continuada e, principalmente, ao seu monitoramento.

No sentido de pesquisar como é feito o monitoramento na dimensão da formação continuada, utilizamos como exemplo um dos cursos oferecidos que foi o programa de formação continuada *lato sensu*, (em nível de Especialização), nas áreas de Língua Portuguesa, Geografia, História, Sociologia, Ensino da Arte, Biologia, Ciências Naturais, Matemática, Química, Física, Educação Física. Esse programa tem a duração de 360 h/a e é realizado em quatro municípios: Manaus, Tabatinga, Tefé e Parintins. Em Manaus, a metodologia é presencial, mas nos demais, é utilizada a vídeo conferência, em parceria com UEA. Os critérios para participar do programa, com duração de vinte meses, apontam para o professor efetivo, com diploma de graduação em licenciatura plena; declaração de tempo de serviço e currículo profissional.

Tendo como objetivo oportunizar aos professores da Rede Estadual uma aprendizagem significativa e reflexiva, dentro de uma política de valorização nas diversas áreas do conhecimento, é de suma importância que o programa de formação continuada da SEDUC-AM possa ser acompanhado e monitorado enquanto uma política pública que atenda a um quantitativo considerável de

professores da Rede Estadual. Nesse sentido, ela poderá ser capaz de instrumentalizar, de forma clara e objetiva, o exercício da práxis no processo de ensino e aprendizagem, objetivando o alcance de uma educação de qualidade.

Portanto, com objetivo de pesquisar o desenho da formação continuada da Secretaria de Educação e Qualidade de Ensino – SEDUC/AM, em sua dimensão macro, e como objeto maior de verificar como a avaliação e o monitoramento são feitos, é fundamental que tenha responsabilidade profissional e a visão de pesquisador sobre todas as suas nuances. Nessa perspectiva, é necessário verificar o público a ser alcançado, suas demandas e a qualidade do serviço. A partir desses fatores, é possível a construção de um sistema de monitoramento que possa contemplar a formação continuada da SEDUC/AM.

Ao começar este trabalho, tínhamos indícios da inexistência de um sistema de monitoramento que acompanhasse a formação continuada docente, porém nos deparamos com dificuldades quando começamos a fazer o levantamento documental para realizar uma análise sobre formação continuada que fosse sistematizada, organizada com um registro programático, ou seja, apresentação de um programa e, que apontasse um monitoramento. O que encontramos foram relatórios organizados numa espécie de portfólio dos anos de 2005–2012 e 2011–2015, assim como um Planejamento Institucional de 2016, contudo, em nenhum deles existem propostas de sistematização do monitoramento.

Estas lacunas ficam evidentes e mais elucidativas quando são analisados os depoimentos prestados via entrevista dos participantes da pesquisa, conforme poderemos ver no capítulo 2 deste trabalho.

2 FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES: FORTALECIMENTO DOS PROGRAMAS E PROCESSOS EDUCACIONAIS

Neste capítulo, apresentaremos o referencial teórico que embasa a pesquisa e as reflexões sobre os instrumentos de acompanhamento e monitoramento do curso de especialização oferecido pela SEDUC-AM. Para isso, recorreremos às contribuições emanadas por Mainardes (2006), Gatti (2008), Gatti e Barretto (2009), Condé (2012), Libâneo (2013). Esses autores são utilizados para refletir sobre questões da formação continuada na legislação e nas políticas públicas das diferentes esferas de poder.

Além disso, examinaremos algumas experiências oficiais no escopo das formações continuadas, analisando as avaliações a partir de olhares distintos que, segundo Gatti (2008), permitem uma reflexão profunda e séria acerca das políticas implantadas. A partir do viés dos teóricos, também iremos examinar ideias e conceitos de gestão, formação inicial, formação continuada, avaliação e monitoramento no conjunto das políticas públicas. A partir disso, procuraremos ver como é concebida a formação continuada, uma política que a priori valoriza o profissional que dispõe desse mecanismo. Na segunda parte, iremos esboçar a metodologia que será empregada neste trabalho, visando desenvolver um olhar crítico para os programas de formação continuada da SEDUC-AM, tendo como parâmetro os debates teóricos apresentados na primeira parte deste capítulo.

2.1 A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A formação continuada docente, no contexto da educação brasileira, consta na Constituição Federal de 1988 que, em seu Capítulo 214, inciso III assegura a busca da qualidade da oferta educacional e, no inciso IV prevê a formação para o trabalho, com vista à melhoria deste. Ou seja, a CF, ao ser formulado, apresenta a preocupação em ter um espaço específico que insira os interesses subjetivos da sociedade em uma educação com qualidade.

No entanto, somente após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/1996, que se constituiu um cenário mais propício para atender às necessidades de formação inicial ou continuada, sobretudo para atender

à universalização do ensino, preconizada na legislação. É interessante perceber que mesmo aprovada na Lei 9394 e entendida a sua importância para os profissionais da educação, a formação continuada continua sendo não efetivada, nem reconhecida como um direito docente, principalmente sob a ótica dos governantes.

Por isso, é necessária uma mudança de paradigma, como apontado na afirmação: “A formação por si só consegue muito pouco se não estiver aliada a mudanças do contexto, da organização, de gestão e de relações de poder entre os professores” (IMBERNÓN, 2009, p. 42). Assim, a percepção que temos é que no Brasil, a formação não foi resolvida, em primeiro lugar, pela lacuna ainda existente do Estado em assumir seu papel de protagonista na oferta. Nesse sentido, ele deixa que o professor assuma a sua própria qualificação.

Por sua vez, a academia, os especialistas e o docente ainda têm dúvidas em conceituar o que é a formação continuada. Isso ocorre, pois, várias iniciativas, como o treinamento, a capacitação e a formação em serviço são as concepções usadas para denominar os cursos apresentados pelos sistemas educacionais e pelas escolas.

No cenário de discussão conceitual, é imprescindível conhecer as concepções elencadas na literatura acadêmica. Para que possamos compreender, para além das semânticas, os significados dos termos formação inicial e continuada, inicialmente veremos o que afirma Libâneo (2013 p. 187):

Formação inicial, ensino de conhecimentos teóricos e práticos destinados à formação profissional, completados por estágios.
Formação continuada enquanto função da organização escolar tanto no quesito pedagógico quanto no técnico e administrativo.

Para Libâneo (2013), há uma diferenciação entre a formação inicial e a formação continuada, considerando que a segunda não tem a função de preencher as possíveis lacunas deixadas pela primeira. Entretanto, o autor aponta que ambas são de responsabilidade dos sistemas de ensino para solucionar os problemas da educação brasileira. Portanto, para ele, a formação inicial seria o ensino de conhecimentos teóricos e práticos, destinados à formação profissional, completados por estágios e a formação continuada poderia ocorrer de três formas:

Formação continuada, prolongamento da inicial visando ao aperfeiçoamento profissional teórico e prático no próprio contexto do

trabalho e ao desenvolvimento de uma cultura geral mais ampla, para além do exercício profissional.

Formação continuada consiste de ações de formação dentro da jornada de trabalho – participação no projeto pedagógico, grupos de estudos, seminários, reuniões de trabalhos, etc.

Formação continuada fora da jornada de trabalho. Ela se faz por meio de estudo, da reflexão, da discussão e da confrontação das experiências dos professores – congressos, cursos, encontros, palestras, oficinas (LIBÂNEO, 2013, p. 187-188).

Neste sentido, para Libâneo (2013), as jornadas que o professor participa, com características de melhorar e qualificar sua ação pedagógica, pode ser creditado como formação continuada.

Ampliando as afirmativas do autor, Gatti (2008) suscita um debate que ainda permeia as discussões, tanto no interior das escolas quanto nos embates acadêmicos: o que é e o que significa a formação continuada? Para ela, a princípio, conceitualmente “é tomado de modo amplo e genérico, como compreendendo qualquer tipo de atividade que venha a contribuir para o desempenho profissional” (p.57). Fica claro que as várias iniciativas, sejam elas de cunho oficial ou do docente em particular, atuam como complemento à sua formação inicial, pois, segundo a autora, as distintas instituições apresentam:

As diferentes formas de oferecer a formação continuada e as organizações que a oferecem com diversas nomenclaturas e assim como o caráter jurídico, com diplomação ou não (GATTI, 2008, p. 57).

Essas ofertas não têm o caráter da gratuidade, tanto sob o aspecto do financiamento quanto da preocupação com a qualificação do professor e da própria qualidade da educação. Entretanto, nas entrelinhas, fica evidente que com a universalização da educação, as dificuldades e os desafios postos em todas as dimensões educacionais requerem um profissional que seja qualificado, no sentido de promover a aprendizagem dos discentes. Para que isso aconteça, esse professor deve se qualificar constantemente. Por isso, “uniram-se o discurso da atualização e o discurso da necessidade de renovação” (GATTI, 2008, p.58), como uma ideia da atualização permanente, em função dos novos paradigmas dos conhecimentos, das tecnologias e do trabalho.

A formação continuada, voltada para uma qualificação efetiva, propicia instrumentais didáticos pedagógicos que ajudam o profissional para o enfrentamento

dos desafios na carreira docente, principalmente aqueles oriundos do chão da escola, isto é, dos mais variados problemas que ocorrem no cotidiano do espaço escolar.

Para que o macro (SEDUC/AM) e os micro (Coordenadorias Distritais e Regionais de Educação e unidades de ensino) sistemas educacionais percebam que a formação docente permite que o professor possa ressignificar os saberes, a partir da formação continuada, é fundamental que se faça um acompanhamento do trabalho e um instrumento de monitoramento consistente e sistemático. Nesse sentido, será possível verificar se tal programa apresenta resultados condizentes com os objetivos propostos. Por isso, é importante que avaliemos e monitoremos as diretrizes que envolvam as atividades pertinentes à educação no conjunto das políticas públicas.

2.2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS PARA ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA

Políticas Públicas são diretrizes governamentais, sob a responsabilidade do poder público, no sentido de planejar, elaborar, executar e, conseqüentemente, avaliar e monitorar, ou seja, “[...] é característica da esfera pública da sociedade [...] e tem caráter “impositivo”, ou seja, a política é implantada por uma autoridade ou com poder suficiente de delegar a outro” (CONDÉ, 2012, p.80).

As políticas públicas educacionais são ações também perpetradas pelo poder público, com objetivos de atender às demandas que permeiam as áreas da educação. Portanto, é fundamental que essas políticas passem por análises, avaliações e monitoramentos contínuos.

A interlocução da política com as políticas públicas envolve relações de poder que, segundo Dhal (1957 *apud* CONDÉ, 2012. pág. 81),

[...] é a capacidade de influenciar alguém a fazer algo que de outra maneira não seria feito por ele. É a política e suas possibilidades o meio para resolver conflitos instalados em torno dos problemas coletivos e dos bens públicos de forma pacífica.

Entendida essa premissa, é evidente a interferência da política na configuração da política pública. Nesse sentido, há as manifestações de atores, segmentos sociais e instituições com seus interesses de grupos, aliados às

perspectivas ideológicas, demarcadas por tensões, conflitos e decisões frequentemente não consensuais, estabelecendo que “a política não é feita apenas por vontade, ela também se faz sob limitações” (CONDÉ, 2012, p. 81).

Nesse cenário de interpretação e reinterpretação de políticas, quem avalia e monitora a sua implementação e seus resultados? Condé (2012) faz as suas considerações assentado na proposição da análise das políticas públicas. Diante disso, para operacionalizar essa tarefa, irá trabalhar conceitualmente no que ele denomina de “fases”, conhecidas também como ciclos de políticas. Nesse sentido, organiza a sua reflexão em cinco momentos. Na primeira fase, propõe uma análise de suas respectivas dimensões acerca das políticas pública assemelhando esta a uma “caixa preta” que, com suas nuances, precisa ser interpretada e entendida. Importante é entendermos os ciclos de políticas, não como algo meramente burocrático, mas "fases" que se intercalam se interacionam, compondo um corpo em que a dinamicidade de cada período não permita que o trabalho seja estanque.

A segunda fase seria a agenda e a sua configuração, formada considerando as implicações políticas que envolvem os agentes públicos e privados inseridos no processo de construção da política. A terceira etapa seria a formulação e a decisão da política pública, que consiste em considerar as alternativas e possíveis soluções ao problema público.

O quarto e quinto momentos são respectivamente a implantação e o monitoramento e avaliação da política pública, considerando a implantação o lugar onde a política pública é operacionalizada, pois quem realmente faz com que ela ocorra na prática são os agentes implementadores. Por fim, o monitoramento e a avaliação devem ser uma consequência natural do processo de implantação da política pública, haja vista a necessidade de verificar continuamente se os objetivos e as metas estabelecidas estão sendo cumpridas, pelo viés dos indicadores de eficiência, eficácia e efetividade. Assim, é possível uma análise, com consistência, dos programas e da política educacional.

Condé (2012, pág. 80) aponta que as fases são inseridas na dimensão da política e como desdobramento na política pública, sendo que ele conceitua como:

Toda política pública, nunca é demais recordar, é característica da esfera pública da sociedade; refere-se a problemas coletivos de espectro amplo e tem caráter “impositivo”, a saber, emanam de uma

autoridade pública que tem a legitimidade para sua implantação ou para delegá-la a outrem.

A afirmação deixa clara a inter-relação entre a política pública e a política, cuja ação da segunda impacta na operacionalização da primeira. Nesse sentido, entendemos que nessa disputa de espaço e de poder, não existe a neutralidade, nem do professor enquanto sujeito da sua formação continuada e nem do Estado enquanto agente privilegiado na oferta.

O inter-relacionamento entre esses distintos atores, na perspectiva de construção da política pública, é de fundamental importância para compreender o papel relevante de cada uma das instituições envolvidas, seja do campo governamental, político, jurídico e privado, de cada etapa a percorrer. Em suma, entendendo que, não obstante, mesmo com os diferentes interesses na realização das políticas públicas, o objetivo é a sua implantação.

Frente a esse cenário, é necessário formatar inicialmente um diagnóstico objetivando levantar dados que possam consolidar o formato da política que está sendo trabalhada e, segundo Condé (2012) alguns passos devem ser seguidos para avançar no conjunto das “fases” das políticas públicas de acordo com o Quadro 3:

Quadro 3 - Políticas Públicas – “Fases” e Questões Centrais

“Fases”	Perguntas
O problema	Qual? Como se apresenta?
As informações sobre o problema	Quais os elementos centrais do problema? Qual seu alcance? Quais variáveis precisam ser observadas? Quais as alternativas a considerar para a solução?
O desenho	Qual(is) alternativa(s) utilizada(s)? Quais os objetivos? Qual a finalidade? Para quem? Com qual financiamento? Com que alcance?
O ensaio – o ex ante	Como se manifestaram as alternativas?
A implementação	Iniciar
Monitoramento	Acompanhar
Avaliação – ex post	O que aconteceu? E como? Quais os resultados no tempo, no custo, na vida das pessoas, enfim, na implementação em geral?

Fonte: Condé (2012, p. 82).

Uma vez tendo a compreensão da política de uma forma geral, se faz necessário pensar nas dimensões das etapas que formam a política pública, sendo que o tempo de cada parte – agenda, formulação, decisão, implementação e

avaliação - irá remeter para o seu desenho, e o reconhecimento público, assim como o papel de quem está envolvido e o lugar da prática, o tempo e o espaço que a política pública funciona.

No contexto da análise de uma política pública, não podemos delimitar o trabalho apenas aos agentes públicos, pois as instituições de distintas configurações, por exemplo, uma que é de caráter público, pode sofrer influências de agentes sociais privados – sindicato, por exemplo - nas políticas públicas pensadas, implementadas, avaliadas e monitoradas.

Em relação às “fases” do ciclo de políticas públicas, temos a agenda, que em sua essência majoritária é governamental, mas não exclusivamente, pois pode estar demarcada por demandas outras de características sociais que não fazem parte do interesse do governo que foi eleito, contudo, é de interesse da teia social que o cerca, a considerar nesse aspecto, que nem todas as demandas são contempladas, visto, a impossibilidade de inseri-las na proposta construída.

Após a configuração da agenda, e o que está no seu interior, o momento de se começar a formulação e tomada de decisão da política pode ser tido como um problema, neste sentido é necessário estabelecer uma reflexão sobre que alternativas devem ser levadas em consideração para que possamos encontrar soluções para determinado desafio. Para que isso seja feito, é preciso que o poder público que idealizou determinada política possa recorrer as mais diversas instituições e instâncias que possam colaborar na formulação da mesma, visto que, é nesse tempo que vai se conhecer o processo e o conteúdo da ação a ser colocada em prática, segundo Condé (2012):

De maneira geral, a formulação é a transformação de um problema em alternativas de solução, conduzidas por diferentes estratégias e levando em conta o processo decisório sobre as alternativas apresentadas. Por isso, decidir reflete a capacidade dos formuladores em compreender o processo, suas restrições e os mecanismos de produção de alternativas. Sendo assim, como já deve ter ficado claro, o processo de formulação/desenho de políticas públicas nunca é meramente técnico: é também político, refletindo valores e estratégias de quem dele participa. (CONDÉ, 2012, p.87 – 88).

Compreendida a formulação e decidida a política, passamos à fase de implementação, entendida como o lugar onde a ação se desenvolve, onde a realidade se apresenta. Este momento é quando a política é testada, contudo, para

ter a percepção de que ela está sendo bem conduzida, todavia, é preciso que se considerem algumas particularidades para compreender essa fase e, as dificuldades inerentes à sua implantação, dentre estas particularidades, podemos levantar, por exemplo: se o desenho foi bem feito, se os objetivos e metas foram entendidos e os atores tomaram para si a responsabilidade de alcançá-las, mas, um desafio típico de uma política a ser superado é:

[...] a “distância” ou o fato de, muitas vezes, a política ser elaborada “fora”, onde quem está na ponta do sistema precisa ser induzido a implantar algo que não foi por ele formulado ...Na prática, quem “faz” a política são os implementadores. (CONDÉ, 2012, p. 91).

Outros aspectos a serem considerados na implementação são os instrumentos não adequados de monitoramento ou a incapacidade de monitorar pela ausência de instrumentos.

É importante compreender basicamente cada ciclo a ser realizado, visto que cada fase é um processo, elas são interdependentes, ou seja, a implementação não pode ser vista separada da formulação e vice-versa.

A última etapa da análise de políticas públicas é o monitoramento e avaliação e Condé (2012) esclarece a importância de se monitorar e avaliar as políticas públicas.

A resposta mais simples e verdadeira é: porque se deve acompanhar a implementação para verificar o cumprimento das ordenações e corrigir erros. Novamente, a resposta mais direta é: porque o investimento público realizado em uma política deve ser verificado quanto ao atendimento de suas metas, objetivos, alcance, eficiência, eficácia e efetividade. (CONDÉ, 2012, p. 96 - 97).

Fica claro que o autor aponta tanto a avaliação quanto o monitoramento como objetos estabelecidos na previsão enquanto a política está sendo formulada, por isso, deve estar no desenho inicial da proposta.

2.3. MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Nesse contexto teórico, apresentamos conceitualmente o objeto principal dessa pesquisa, que *a priori* será seu ponto-chave e norteador: o monitoramento, que:

[...] é uma atividade regular de acompanhamento de processos-chaves previstos na lógica de intervenção de um programa e que permite rápida avaliação situacional e identificação de anormalidades na execução deste, com o objetivo de subsidiar a intervenção oportuna e a correção tempestiva para garantir a obtenção dos resultados e impactos que ele deve provocar (JANNUZZI, 2016, p.108).

Tendo como premissa a afirmativa do autor, o monitoramento é entendido com uma prática considerada estratégica utilizada para avaliar continuamente políticas de alcance social. Monitoramento e avaliação são faces simultâneas de uma mesma política.

De acordo com Jannuzzi (2016, p. 106), historicamente monitorar ação governamental, tendo os Estados Unidos como exemplo, remete à década de 1930, quando começou o monitoramento da performance geral no conjunto de suas responsabilidades no setor público. Somente nos anos 1960 técnicas mais bem programadas e aprimoradas de monitoramento foram introduzidas para medir o desempenho das ações do governo norte-americano.

No Brasil, na esfera de governo federal,

[...] as experiências de monitoramento da ação governamental mais abrangente datam de meados dos anos 1990, com a estruturação de rotinas mais sistemáticas de coletas de dados e produção de indicadores nos Ministérios da Saúde, Educação e Planejamento. (JANNUZZI, 2016, p. 107).

No entanto, a partir dos anos 2000, em decorrência da criação de inúmeros programas com características sociais, considerando o aspecto federativo, aumentou a responsabilidade entre os entes, obrigando uma articulação maior, inclusive fazendo com que também se articulasse uma maior e melhor qualificação dos serviços e do servidor público, favorecendo saltos qualitativos no monitoramento de programas e políticas públicas.

Atualmente, com o avanço de instrumentos de monitoramento mais bem elaborados no que tange aos sistemas de gestão, acreditamos que as instituições possam acompanhar com qualidade seus programas, projetos e cursos. Mas, mesmo com toda essa disponibilidade de instrumentais, avanço técnico e tecnológico, ainda temos certa dificuldade em estabelecer processos lógicos de intervenção, dificuldades em construir indicadores que permitam um monitoramento

sistemático e consistente de políticas públicas, com o objetivo de transformar dados em conhecimento e informação, principalmente para a gestão pública.

No entanto, mesmo que seja disponibilizado um quantitativo significativo de dados, mesmo em um sistema informatizado combinado com registros e cadastros administrativos, assim mesmo, temos que superar obstáculos para transformar os dados em informações confiáveis, transparentes e éticas para que possamos estabelecer as políticas públicas, portanto, Jannuzzi (2016, p.108) assim entende esses mecanismos.

Delinear os processos-chaves na lógica da intervenção destes, construir indicadores para acompanhamento, organizá-los em painéis de monitoramento são algumas das atividades principais nesse processo de transformação de dados em informação e conhecimento para gestão.

De acordo com a afirmativa de Jannuzzi (2016), definido o desenho do monitoramento que vai ser colocado em prática, considerando no nosso caso o processo e os resultados inseridos nos instrumentos e relatórios de monitoramento, será elaborada a política pública consubstanciada numa estratégia de monitoramento, visto que:

O sistema de monitoramento é uma síntese inteligente entre “o caos informacional” dos sistemas de gestão operacional e as demandas e informação estruturada em planilhas solicitadas regularmente pela coordenação do programa (JANNUZZI, 2016, p. 111).

Então, tendo como referencial os teóricos, este trabalho tem por finalidade específica a construção de um sistema de monitoramento que contemple o programa de formação continuada docente da Secretaria de Educação e Qualidade de Ensino-SEDUC-AM.

2.4 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste trabalho, optou-se por uma abordagem qualitativa, com objetivo de contemplar as necessidades a que se propõe o objeto desta pesquisa – nosso Estudo de Caso, visto que, pretendeu-se utilizar das dimensões interpretativa e subjetiva em relação às nuances que envolvem o fato

social investigado, pois como o campo da educação é arraigado de tensões e contradições pelas relações marcadamente dialéticas, é importante que se utilize esse método, na medida em que buscaremos compreender como ocorre a formação continuada da SEDUC e seus desdobramentos de acompanhamento e monitoramento. Nesse sentido, serão necessárias fortes interpretações do objeto de estudo e, de acordo com Minayo (2010, p. 57):

O método qualitativo é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das interpretações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam.

Portanto, optamos pelo Estudo de Caso, com a produção e análise de dados a partir da realização de entrevistas semiestruturadas. Além disso, a partir do contato com os sujeitos entrevistados, bem como com os documentos acerca do programa estudado e seus desdobramentos, será possível construir uma proposta de sistema de monitoramento. Para tanto, realizamos uma entrevista com o gestor do CEPAN, responsável por administrar os programas de formação, a gerente da GEAQ, responsável pela formulação, avaliação e monitoramento das formações inicial e continuada. Na mesma linha, será entrevistado o diretor do Departamento de Políticas (DEPPE), com o objetivo fundamental de propor um modelo de sistema de monitoramento da SEDUC para seus programas de formação continuada.

Esses segmentos foram listados, posto que eles estão direta ou indiretamente ligados à pesquisa. Inicialmente, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, tendo como fonte os documentos oriundos das políticas de formação do Estado do Amazonas e, também, os de caráter nacional.

Para compreender o contexto nacional das políticas de formação, consultamos as Leis, Decretos, Portarias e Resoluções de distintas instâncias deliberativas. No âmbito do estado, foi feito um levantamento e pesquisa documental no CEPAN. Nesse sentido, foram analisados relatórios, instrumento de monitoramento e quadro de ofertas de vagas para a formação inicial e continuada. Além disso, também houve o diálogo com técnicos envolvidos nos Programas de Formação do alusivo centro.

Inicialmente, analisamos os relatórios que tratam do programa de formação, os cursos oferecidos, o quantitativo de docentes contemplados e os municípios

atendidos. Quanto ao instrumento de monitoramento, obtivemos somente um, portanto, houve a necessidade de completar os dados com a entrevista semiestruturada, que será aplicada aos diretores do CEPAN, DEPPE e gerente da GEAQ.

A opção pela entrevista semiestruturada se deu, fundamentalmente, pelos obstáculos enfrentados para que se consigam dados, ou mesmo fontes documentais, referentes a documentos que legitimam e legalizam o objeto desta pesquisa. Segundo Duarte (2004, p. 215):

Entrevistas são fundamentais (...) se forem bem realizadas, elas permitirão ao pesquisador fazer uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade e levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo, o que, em geral, é mais difícil obter com outros instrumentos de coleta de dados.

Nesse sentido, a utilização da entrevista, um procedimento usual no trabalho de campo, permitirá que o pesquisador possa obter informações contidas na fala dos agentes sociais selecionados para o trabalho.

As entrevistas foram realizadas com os dois diretores de departamentos, CEPAN e DEPPE, atualmente no exercício da função e com a gerente atual da GEAQ, gerência vinculada ao CEPAN, uma vez que, são os departamentos responsáveis em promover a formação inicial e continuada e em implantar e implementar as políticas públicas na rede pública, o DEPPE. A entrevista com a GEAQ foi de suma importância, na medida em que ela é responsável pela elaboração, avaliação, acompanhamento e monitoramento da qualidade da formação.

Para a realização das entrevistas, foi feito contato pessoal com os entrevistados e, marcada a data do encontro, quando apresentamos os objetivos da pesquisa e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. Ressaltamos que as entrevistas foram realizadas no ambiente de trabalho dos diretores dos respectivos departamentos, bem como com a gerente da GEAQ.

Com objetivo de obter qualidade nas inferências apresentadas pelos entrevistados, organizamos um roteiro de perguntas que abordava: o papel do CEPAN, DEPPE e GEAQ enquanto formulador e definidor de programas e projetos

para esse fim, a concepção de formação, de políticas públicas, como isso é operacionalizado, as parcerias entre os departamentos internamente e externamente com outras instituições e, principalmente como é realizado o monitoramento dessas políticas por tais setores.

As entrevistas com os diretores dos departamentos e com a gerência foram organizadas em blocos, ficando assim:

- Bloco 1: dados pessoais e profissionais;
- Bloco 2: questões acerca das ações dos departamentos e gerência quanto conceitos, concepções de formação docente continuada, avaliação e monitoramento.

Para que se compreenda com mais propriedade o resultado da análise, os servidores públicos que foram sujeitos da pesquisa, no texto serão denominados conforme o Quadro 4, a seguir:

Quadro 4 - Denominações dos entrevistados no texto

Nº	Cargo atual dos entrevistados	Denominação no texto
01	Diretor do CEPAN	D1
02	Diretor do DEPPE	D2
02	Gerente da GEAQ	G1

Fonte: Elaborado pelo autor.

É importante enfatizar que a escolha dos entrevistados e dos instrumentos para a produção de dados, assim como nosso olhar sobre a problematização, permitiu construir uma análise mais próxima da realidade.

2.5. ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

A análise, por conseguinte será apresentada em três subseções: Perfil dos Sujeitos, Formação Continuada e Monitoramento da Formação Continuada Docente na SEDUC/AM.

A definição das subseções se deu em princípio para que conheçamos o perfil acadêmico, profissional dos sujeitos dirigentes de setores ou instâncias deliberativas do macrossistema. A escolha da formação continuada, além de ser importante no contexto da política pública educacional, é uma temática que é intrínseca ao recorte

que utilizo na pesquisa e, por fim o monitoramento da formação continuada torna-se uma questão de natureza do trabalho em si, já que é o problema a ser solucionado.

2.5.1 Perfil dos sujeitos

Os sujeitos da pesquisa foram a diretora do Centro de Formação Profissional Padre José de Anchieta – CEPAN, licenciada em Pedagogia, com especialização em gestão escolar, vinte e três (23) anos de magistério e um ano e quatro meses a frente do centro; o diretor do Departamento Educacional de Políticas Públicas – DEPPE, com licenciatura em Educação Física, dezenove (19) anos de magistério e quatro meses na função e; a gerente da Gerência de Elaboração de Projetos, Acompanhamento e Avaliação da Qualidade da Formação – GEAQ/CEPAN, licenciada em Pedagogia, especialização em gestão escolar e mestra em educação, com vinte e cinco (25) de magistério e há três (03) anos na função.

As falas dos sujeitos entrevistados, considerando os aspectos éticos, são elencadas, como D1 e D2, os respectivos diretores do CEPAN e do DEPPE e, em G1, a gerente da GEAQ.

2.5.2 Formação continuada docente no Estado do Amazonas: percepção dos sujeitos

Essa subseção aborda as considerações dos sujeitos acerca da formação continuada aos docentes da SEDUC/AM, explicitando a concepção, a oferta, a definição, as parcerias extras e intra do macrossistema, como atualmente funciona a avaliação e monitoramento dos cursos, projetos e programas de formação continuada da instituição.

Para obtermos mais esclarecimentos acerca dos questionamentos, foi perguntado nas entrevistas de D1, D2 e G1 o posicionamento de cada setor sobre as questões propostas e, os fatores que facilitam ou dificultam sua operacionalização.

Solicitada a fazer considerações acerca das atividades desenvolvidas pelo CEPAN, D1 ao ser questionado sobre qual (ais) concepções de formação docente orienta as ações de formação continuada ofertada pelo CEPAN, informa que primeiramente está somente há um ano e quatro meses a frente do CEPAN, mas

que o Centro de Formação tem mais de quarenta anos e, que durante esses longos anos ele teve vários objetivos, desde a formação inicial até a continuada, portanto, passou por várias concepções, todavia, enfatiza que atualmente entende a importância da formação docente e outras orientadas pelo Governo Federal, pelo Governo Estadual, e a própria Secretaria de Educação pensando na formação e qualificação dos seus professores oferecendo cursos de especialização e outras formações que acontecem no CEPAN. Assim, D1 afirma:

A importância disso para o Estado é estabelecer a nossa necessidade, da gente ter os nossos professores tanto na capital quanto no interior dentro da formação continuada, o centro tem essa concepção dele, o objetivo dele durante esse longo período não se perdeu, é claro que em alguns momentos tivemos que lidar com formações de acompanhamento somente das formações que são ministradas pelas universidades, pelos IES em parceria é claro com outras instituições. Então, nesses anos todos foi dessa forma que vêm sendo concebidas as políticas de formação. (D1. Entrevista realizada em 23 de agosto de 2017).

Feito o mesmo questionamento a G1, ou seja, qual a concepção de formação continuada que orienta as ações da GEAQ, ela disse:

A GEAQ é responsável pela elaboração dos projetos a partir de um diagnóstico realizado não só pelos departamentos que compõem a secretaria, mas também as escolas que atendemos as suas demandas, as dificuldades existentes, e apontadas por esses setores. Elaborarmos os projetos de formação em conjunto com a gerência de formação – GEFOR. (G1. Entrevista realizada em 24 de agosto de 2017).

Percebe-se que G1 se reporta muito mais à elaboração de projetos para atender à demanda da formação.

Para compreendermos essa dinâmica do que é a formação continuada na visão dos responsáveis por ela, D1 explicita;

Os programas de formação continuada, a maioria deles são realizados em parceria com Ministério da Educação, então a gente recebe demandas temos programas criados pelo próprio centro de acompanhamento como no caso do Pro-funcionário ele foi uma parceria entre a SEDUC e o governo federal e aí a gente teve o apoio neste sentido nós tivemos ao longo desses anos especializações em parceria com as Universidades a cada momento que a universidade recebe uma demanda, ela procura a secretaria,

para desenvolver o projeto com as gerências que existe dentro do CEPAN, atualmente nós estamos com duas gerências a gerência de formação que atende à demanda pensada pela GEAQ e a gerência de avaliação acompanhamento e monitoramento da avaliação que formata, formula esses cursos os projetos, de acordo com as demandas recebidas, é claro, alguns são demandas oriundas de universidades que nos procuram, por exemplo, a UFAM. (D1. Entrevista realizada em 23 de agosto de 2017).

Percebemos que, de acordo com essa explicação, de D1 que mesmo que o CEPAN formule alguns cursos ou mesmo programas de formação continuada, eles são emergenciais ou pontuais, em sua maioria são feitos em parceria com o MEC, permitindo a reflexão que, ao depender muito das ações propostas pelo Ministério da Educação, acaba engessando as ações internas que possam alavancar os processos macro de formação continuada na Rede Estadual de Educação.

No entanto, é importante deixar explícito que o CEPAN tem a responsabilidade pela formação e também pelo acompanhamento e monitoramento e, a GEAQ foi criada em 2013 especificamente para realizar esse trabalho.

A percepção que temos, de acordo com as falas dos sujeitos, é a dificuldade em conceituar a concepção das atribuições do CEPAN quanto à formação continuada, não obstante, o Centro de Formação, historicamente, segundo D1, no seu bojo, já trazia como responsabilidade básica a formação dos profissionais da educação do sistema macro com desdobramento para outras unidades afins da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino – SEDUC/AM. Fica patente a necessidade de uma ampla discussão, inicialmente no CEPAN, em conjunto com suas gerências, do papel fundamental do Centro nas políticas públicas alusivas à formação continuada para que se estabeleça uma concepção que atenda às suas atribuições. Com isso, formatando uma concepção de formação continuada compreendida pelo sistema macro da SEDUC/AM.

Nesse processo da oferta da formação docente, foi solicitado aos sujeitos apresentar suas considerações acerca da definição dos programas e/ou projetos de formação continuada para os servidores que atuam na educação básica. D1 afirma que:

Atualmente o centro tem duas gerências, a gerência de formação e a gerência de avaliação, [...] a gerência de formação trabalha tanto com a demanda oriunda de outros departamentos, de outras universidades, como o centro vai a busca dessas formações seja ela para todos os tipos de servidores, então a gente já desenvolveu

vários e vários programas já tivemos o Pro-funcionário, o Progestão, o Proinfantil, todos esses programas trabalhamos com Ministério da Educação. (D1. Entrevista realizada em 23 de agosto de 2017).

Segundo D1, esse atendimento conjunto foi possível após uma reformulação que o Centro de Formação passou, quando foi criada a GEAQ, em 2013, permitindo que o CEPAN tivesse uma gerência específica para formatar, formular e acompanhar os projetos de acordo com as demandas surgidas, sejam elas em parceria ou colaboração ou aquelas demandas internas. Após esse processo a GEFOR recebe a demanda pensada pela GEAQ e encaminha à diretoria do CEPAN que articula com as demais instâncias do sistema macro.

Para que possamos compreender com mais clareza esse processo, G1 faz suas considerações acerca da formatação e definição dos projetos de formação oferecida pelo CEPAN.

A GEAQ é responsável pela elaboração dos projetos a partir de um diagnóstico realizado não só pelos departamentos que compõem a secretaria, mas também as escolas são atendidas em suas demandas, as dificuldades existentes, e apontadas por esses setores. Elaboramos os projetos de formação em conjunto com a gerência de formação – GEFOR. A partir de um diagnóstico, aplicamos alguns instrumentos aos departamentos, para os gestores, para gente verificar as necessidades, e a gente também atende a algumas solicitações emanadas dos Municípios do Estado do Amazonas, isso envolvendo as duas redes, tanto a rede estadual quanto a rede municipal. (Gerente da GEAQ. Entrevista realizada em 24 de agosto de 2017).

Portanto, segundo G1, corroborando com a fala de D1, é do CEPAN a responsabilidade de propor, formular e acompanhar a formação docente, de acordo com as necessidades e demandas do sistema estadual de educação do Amazonas.

Ressaltamos que G1, em sua fala, compreende e enfatiza as responsabilidades da gerência em que atua, verbalizando a metodologia utilizada e as instâncias de poder que são atendidas.

No posicionamento de D2, que vem a ser diretor do DEPPE, quanto à definição de projetos ou programa de formação docente, ele esclarece:

Então, é primeira criada uma demanda, uma necessidade, nesse pouco tempo que estou a frente do departamento, é verificado primeiro qual é o tipo de necessidade que tem, por exemplo, vai ter uma prova do SAEB que está correndo agora esse ano tem, E aí o

que a gente faz? Criamos uma formação específica para que os professores tenham um atendimento, como os alunos serão avaliados em cima dos descritores das questões contextualizadas a gente tenta dar formação para o professor para que o professor tenha esse ensino contextualizado para o aluno, então primeiro cria-se uma demanda, tem uma demanda e em cima dessa demanda a gente cria uma formação docente. (D2. Entrevista realizada em 25 de agosto de 2017).

D2 continua relatando acerca da oferta da formação:

As informações que nós temos no departamento, por exemplo, como o DEPPE não é certificador, como formador, apenas realizamos as formações, nesse sentido, contamos com a colaboração do CEPAN para a certificação, não obstante tenhamos no nosso quadro muitos formadores docentes. Assim para compreendermos o papel do DEPPE, quantas gerências estão subordinadas ao departamento? São seis gerências: Gerência da Diversidade, Fundamental dos anos iniciais, Fundamental dos anos finais, Ensino Médio, Educação Especial e Educação Indígena. Nesse período de transição de ter formadores, então o DEPPE auxilia muito quando tem formação cedendo os profissionais lotados no departamento, podemos dizer que é realizada ação conjunta entre os dois departamentos, também dentro de cada gerência existem os GT – Grupos de Trabalhos, que são equipes com direcionamento específico, por exemplo, o GT de Língua Portuguesa, são formadores formados na respectiva área, para atender aos professores em geral e em específico às ações da própria gerência que estão ligados. (D2. Entrevista realizada em 25 de agosto de 2017).

As afirmativas e as considerações apresentadas pelos sujeitos servem de parâmetro para que possamos afirmar que a formação continuada docente possui o caráter muito pontual, não havendo uma organização e sistematização do trabalho que envolva os distintos departamentos da SEDUC que trabalham diretamente com a temática, confirmando o que diz Gatti (2008), que a formação continuada “é tomada de modo amplo e genérico, como compreendendo qualquer tipo de atividade que venha a contribuir para o desempenho profissional” (p.57).

A formação continuada enquanto política, assim como os desdobramentos na avaliação e monitoramento, precisa de uma forte articulação entre os setores que a formulam, implementam e acompanham.

Então, seguindo essa premissa, foi solicitado aos entrevistados que explicitasse como ocorre a interlocução entre os setores internos do CEPAN, assim como com os demais setores da SEDUC para que aconteça a parceria na implementação da formação continuada aos servidores da educação básica.

As considerações apresentadas por D1 e G1, apontam que dentro do possível existe contato direto entre as gerências que compõem a organização do Centro, portanto, a GEAQ e a GEFOR, procuram trabalhar em conjunto a partir do momento que foi definido a oferta de determinado curso, pois de acordo com G1:

A partir do momento que se faz um diagnóstico, trabalhamos em conjunto com a Gerência de Formação/GEFOR, verificamos se temos um profissional que possa atender a formação (demanda) diagnosticada, ou se a gente precisa ir à busca de parceiros para fazer esse atendimento ou também tendo o profissional podemos elaborar o projeto e a gerência de formação intermedia um profissional para aplicar essa formação, como a gente está agora trabalhando muito com a tecnologia nós temos várias formações que a gente elabora o projeto e ele é aplicado com a metodologia a distância, nós temos a plataforma que nos orienta nessa situação que é o E-Proinfo que é mais comum trabalhada e através dessa plataforma enviamos os cursos, montamos a equipe de tutoria para fazer a mediação desse aprendizado. (Gerente da GEAQ. Entrevista realizada em 24 de agosto de 2017).

Na fala da G1 fica explícito que, em tese, as gerências trabalham em conjunto após a definição da oferta e do curso que será ministrado, no entanto, não deixa claro como é organizado o diagnóstico, mesmo que para efeito da implantação do curso, seja utilizada metodologia que atenda à demanda, inclusive o recursos a distância com o uso das mídias, geralmente, é um profissional do próprio centro que fica responsável por atender a formação e na ausência dele buscam-se parceiros externos.

As palavras de D1 complementam o que disse G1, que, ainda, acrescenta que de acordo com o organograma institucional o CEPAN faz parte da Secretaria Executiva Adjunta Pedagógica e, que nessa organização administrativa, o DEPPE, o DEGESC e o CEMEAM – Centro de Mídias Educacional fazem parte, todos se reportando a Secretaria Pedagógica, nesse sentido, D1 afirma que as parcerias diretas são com esses departamentos, pois o CEPAN depende das políticas públicas emanadas do DEPPE, assim como as oriundas do DEGESC quanto à gestão, para em conjunto viabilizar as formações necessárias para o Sistema Estadual de Educação.

Também ficou evidente, após as considerações apresentadas, que os setores responsáveis *a priori* pela formação, nas palavras de D1.

A GEAQ tem a responsabilidade de pensar, elaborar e avaliar a formação, de acordo com o que foi demandada, ela trabalha junto com a GEFOR que vai mais para o campo, ela executa as formações. A GEAQ foi recém-criada, ela é nova, é de 2013 uma gerência que foi inserida no organograma do Centro de Formação com objetivo justamente de trabalhar essa elaboração, a preocupação dessa elaboração é que as avaliações não eram feitas dentro das formações, transformações aconteciam e a gente não tinha esse retorno de como foi a avaliação quais foram os problemas que tivemos, qual foi o lado positivo que foi realizado dentro de cada formação então a gerência veio para somar com a GEFOR. (Diretora do CEPAN (Entrevista realizada em 23 de agosto de 2017).

Em tese, considerando as colocações dos sujeitos, existe um caminho que deve ser percorrido para que a formação continuada, enquanto política pública, atinja o público-alvo, no caso os docentes.

Nas falas de D1 e G1, percebemos que foi comentado acerca dos mecanismos usados para oferecer a formação docente, mas, não percebemos comentários claros sobre sua importância enquanto instrumento de qualificação da prática docente inserida numa política pública de responsabilidade do Estado.

Foi feito para D2 um questionamento sobre o que seria uma política pública, , como ele exerce a função de diretor do DEPPE, departamento responsável pela implementação e implantação das políticas públicas educacionais que o conjunto de setores da SEDUC pensa, formata, isto é, o Departamento de Políticas Públicas Educacionais é que tem contato direto, por exemplo, com as unidades de ensino, que em última instância é quem coloca em prática o que foi teoricamente construído. Assim na concepção de D2, política pública educacional seria:

São benefícios, são ações, iniciativas que o Estado tem que ter que beneficia a sociedade como um todo especificamente a educação, ações e iniciativas que pensada de forma organizada e planejada que tenha como objetivo fomentar educação e trazer qualidade não só para educação, mas também uma consequência dela, o aproveitamento no estudo do aluno, eu acho que geralmente é isso a (D2. Entrevista realizada em 25 de agosto de 2017).

A afirmativa do sujeito da pesquisa apresentou conceitualmente uma reflexão próxima do que teoricamente entendemos por uma política pública, pois, de acordo com Condé (2012), é fundamental que a compreendamos como uma política de Estado e, não de governo, para que tenha continuidade de suas ações, por isso ela apresenta o caráter muitas das vezes marcado por certa imposição do Estado, pois

as elas emanam de alguma autoridade pública objetivando sua legalidade e legitimidade.

Dessa forma, a análise de uma política pública precisa estar assentada nesses pressupostos, considerando seu aspecto legal e legítimo, para além desse caráter é importante que também, segundo o autor, sua construção siga um *pari passo*, que Condé (2012) denominou de “fases ou ciclos”, esses passos iniciam com a formatação de uma agenda, seguida da formulação e tomada de decisão, a implementação e a avaliação e monitoramento, sendo essa última “fase” o foco deste trabalho.

Para entendermos o processo de análise e avaliação da formação continuada na SEDUC-AM, questionamos aos entrevistados como ela é feita, D1 fala que a GEAQ é a responsável por esse processo, seguindo os passos seguintes:

Existe uma gerência responsável por esse processo, temos instrumentos elaborados sejam eles físicos, online, dependendo da demanda e da quantidade da formação a gente faz por amostragem ou fazemos aplicação “*in loco*” com todos os professores naquele momento então a gente usa o instrumento impresso ou recentemente a gente já colocou, por exemplo, no ressignificando a prática pedagógica ele é online. Então as avaliações de cada módulo nós vamos colocar na plataforma e o professor vai responder aí essa avaliação, é feita uma tabulação por uma equipe tem dentro da GEAQ, a gerência que cuida da avaliação e essa equipe trabalha onde tem os pontos negativos e pontos positivos, onde podemos melhorar. (D1. Entrevista realizada em 23 de agosto de 2017).

Refletindo, ainda, a questão do processo de avaliação da formação continuada docente, G1 afirma que para avaliar determinado curso é elaborado um instrumento, fazendo com que analisemos que é construído um instrumento específico para cada curso oferecido, objetivando ter um retorno se os objetivos do curso foram alcançados, para tanto ela afirma:

A gerência tem o projeto, que tem o objetivo dele que é alcançar o desenvolvimento do projeto que está sendo trabalhado então mediante o projeto a gente elabora a um instrumento avaliativo e aplica para os cursistas esse instrumento avaliativo ele tem as questões que vão nos dar o retorno para saber se a gente vai conseguir alcançar o objetivo que foi determinado naquele projeto. (G1. Entrevista realizada em 23 de agosto de 2017).

Perguntado como é realizada a avaliação das políticas públicas que o DEPPE acompanha, D2 começa com uma afirmativa que remete à SEDUC e suas instâncias uma grande responsabilidade, que é construir um projeto que permita a interlocução sistemática entre os diversos setores que são ligados à atividade fim da educação, ou seja, ofertar uma educação de qualidade, assim como, qualificar os seus docentes. Por isso, é importante a reflexão sobre a fala inicial de D2 sobre avaliação.

Há de se considerar um aspecto fundamental, para se fazer uma reflexão, ou seja, existia um distanciamento muito grande entre aquilo que se fazia e aquilo que se praticava na educação, explico aquilo que se fazia na escola era uma coisa e aquilo que você pensava na sede era uma outra coisa e às vezes aquilo que você pensava na sede não se adequava aquilo que necessitava a escola [...]. (D2. Entrevista realizada em 25 de agosto de 2017).

Muito importante e relevante essa afirmação de D2, pois passou a percepção que na ausência de um direcionamento pedagógico dado pela SEDUC, cada setor realiza o trabalho da forma que lhe convém. Como parece ser ações pontuais e emergenciais, sem planejamento, obviamente não alcança os objetivos. A ausência de uma interlocução entre as instâncias permite a existência de hiatos entre o que se pensa e o que se faz.

2.5.3 Monitoramento da Formação Continuada Docente

Partindo do pressuposto que monitorar é a maneira periódica e sistemática do ato de acompanhar, analisar ações planejadas que estão sendo colocadas em prática, é verificar se as atividades do programa de formação continuada estão se comportando de acordo com o desenho que foi construído na sua elaboração e operacionalização e, se o monitoramento está sendo feito a partir dos pilares estabelecidos do programa.

Esse acompanhamento sistemático é de extrema importância, na medida em que, quaisquer mudanças de trajetória apresentadas nos resultados, possam ter uma intervenção imediata da equipe responsável pelo monitoramento. Assim, nesse tópico, examinaremos os posicionamentos dos sujeitos ao tema.

Quanto ao Monitoramento, instrumento de acompanhamento da política de formação continuada docente, D1 afirmou que no CEPAN.

Não temos uma equipe específica para fazer esse trabalho, comumente o monitoramento é feito por amostragem, ainda que faça isso, acabamos fazendo um pouco lá na ponta, na escola de acordo com o retorno dado pelas coordenadorias distritais e regionais. (D1. Entrevista realizada em 23 de agosto de 2017).

A fala da Diretora do CEPAN expõe com clareza a inexistência de uma equipe específica para acompanhar periodicamente o andamento dos cursos e programas de formação continuada, em síntese, o centro fica aguardando o retorno que vem das coordenadorias distritais e regionais de educação, dos resultados que as escolas passam a elas.

De posse desses dados, é confeccionado um relatório ou uma ficha para que o CEPAN disponha desse registro. D1 afirmou que o setor responsável por esse trabalho é a GEAQ, juntamente com a GEFOR, sendo que esta atua mais no campo. Por fim, enfatiza que sobre o monitoramento sistematizado não tem, o que tem é um instrumento específico para cada curso de acordo com a especificidade dos cursistas, de acordo com as colocações de D1, o trabalho se desenvolve dessa forma, considerando a análise do curso a ser oferecido.

Verificamos se esse curso já está no mercado há muito tempo então vamos mudar esse curso vamos ressignificar melhor essa prática trabalhar melhor os conteúdos não mais oferecer uma demanda que já foi atendida, a gente não tem mais demanda para atingir, então tudo isso é avaliado, e aí também de acordo com curso, dependendo da demanda, a gente elabora um instrumento específico para aquele público. (D1. Entrevista realizada em 23 de agosto de 2017).

Seguindo a linha de raciocínio e reflexão de D1, G1 afirmou que também é feito um estudo sobre os alcances e resultados do curso que foi oferecido, afirmando a importância do monitoramento.

Precisamos do monitoramento para fazer uma reflexão em cima do que foi projetado se a gente conseguiu alcançar o objetivo, quais as diferenças que nós precisaremos fazer após o resultado dessas avaliações. (G1. Entrevista realizada em 24 de agosto de 2017).

Continuando G1, fala os desdobramentos do projeto e como é feito o monitoramento:

Através do projeto a gente elabora um instrumento de avaliação. Após isso é que a gente faz uma tabulação desse instrumento. E faz, realiza um relatório onde a gente coloca a nossa percepção através dessa tabulação do que um cursista percebeu do curso o que ele vai apontar o que merece ser reavaliado, reelaborando as ações desse projeto, após isso é feito um relatório que consta a análise do resultado, permitindo assim, que nós tenhamos a posição do cursista, como ele viu o curso e a gente tem um projeto como se pensou esse curso. Então a gente tem que fazer análise do que se pensou e do resultado dele, essa análise é que é constituído o relatório a partir do resultado dessa tabulação esse relatório ele é encaminhado a direção do CEPAN para fazer uma análise também de relatório. Na verdade esse relatório a princípio é encaminhado a gerência de formação, ela mobiliza os formadores responsável por essa formação para a gente discutir o que foi que resultou nesse relatório o que a gente precisa fazer para melhorar a qualidade desta formação. (G1. Entrevista realizada em 24 de agosto de 2017).

É perceptível nas falas tanto de D1 quanto de G1 que eles reforçam que o monitoramento é realizado pontualmente, considerando o curso oferecido e o perfil do cursista, seja via uma ficha ou mesmo a partir da elaboração de um relatório que em princípio passa por uma análise e é repassado aos demandantes de acordo com a seguinte expressão:

Esse acompanhamento através do instrumento é que a gente pode dar um retorno para o demandante do curso para a própria Universidade. Quando são cursos em parceria podemos dar um retorno para a escola quando é especificamente com servidores de determinadas escolas. Damos publicidade desses resultados, bem como retorno as coordenadoras, então é feito uma análise sim dos instrumentos, o CEPAN se apropria e também para repassar para as coordenadorias e que elas possam acompanhar. (D1. Entrevista realizada em 23 de agosto de 2017).

Ao analisar as considerações, verificamos que, não obstante ser feita uma análise e após ser enviada aos interessados, mesmo assim, não há retorno de uma possível análise feita pelas instâncias que solicitaram a demanda, sejam elas as coordenadorias ou regionais de educação, incluindo nesse processo, o que a escola refletiu acerca dos resultados.

Em relação à responsabilidade de monitorar a formação continuada oferecida pela SEDUC/AM, operacionalizada pelo CEPAN e suas gerências, D1 esclarece que ocorre da seguinte maneira:

O setor responsável é GEAQ, gerência de avaliação e monitoramento ela é a gerência responsável, juntamente com a GEFOR que atua mais no campo, porque dependendo de cada de cada formação a gente tem o coordenador do curso, dividido em coordenador da parte dos cursos em parceria com o governo federal, e os de caráter estaduais dentro da própria GEFOR. Então esse profissional, esse grupo de colegas dentro do CEPAN acaba de alguma forma fazendo um pouco esse monitoramento de cada curso. (D1. Entrevista realizada em 23 de agosto de 2017).

Questionada sobre a necessidade da Rede Estadual de Ensino possuir um sistema de monitoramento que tenha credibilidade, eficiência e eficácia, ela se colocou da seguinte forma:

Seria importante que a gente pudesse desenvolver dentro da secretaria e pudéssemos interligar os coordenadores distritais e coordenadores regionais um tipo de sistema seja ele até para ele rodar *online* ou *off-line* e, que também pudesse facilitar esse acompanhamento de toda a formação que é ministrada e esse monitoramento conseqüentemente porque só avaliar não, a gente avalia, mas, se você não monitorar o resultado dessa avaliação, o que foi proposto, o que foi trabalhado foi bem desenvolvido para que a gente possa investir em outras formações que possam ter êxito tem um objetivo que é o nosso objetivo de trabalhar com os nossos servidores formar e capacitar e orientar e tornar a carreira desse profissional melhor, que ele possa desempenhar e atingir lá na ponta os nossos alunos na melhoria do processo de ensino-aprendizagem. (D1. Entrevista realizada em 23 de agosto de 2017).

Quanto ao posicionamento do sujeito D2 sobre os procedimentos de monitoramento das políticas públicas, sejam elas feitas em consonância com outros departamentos ou não, ele afirmou que normalmente os docentes – formadores se dirigem às escolas e faz primeiramente uma avaliação diagnóstica do trabalho realizado. Quanto ao monitoramento, aguarda também retorno das distritais ou regionais de educação, visto que toda política pública educacional tem abrangência estadual, isto é, atende à capital e ao interior do Estado e, tanto a avaliação quanto o monitoramento, que em princípio deveria ser feito por instâncias mais próximas da escola, é realizada pela equipe interna do DEPPE. Quanto a isso D2 declara:

Nosso maior problema hoje é que não temos o monitoramento, também não temos material humano suficiente para fazer isso e, o pouco que se faz às vezes não é suficiente, pelo quantitativo de pessoas que nós temos. Eu penso que existe uma necessidade grande de criar um plano de trabalho algum tipo de programa alguma coisa para fazer acompanhamento porque o que não só departamento, mas como toda a educação é problema dela é o acompanhamento e monitoramento, mesmo porque até que eu possa ter boas propostas e, aí quando você faz aplicação dela só inicia, ela não termina, não conclui não há continuidade no processo, porque não há monitoramento, assim o andamento, desenvolvimento do nosso trabalho ainda é muito falho, o monitoramento é muito falho. (D2. Entrevista realizada em 25 de agosto de 2017).

Além desse posicionamento esclarecedor acerca do processo de avaliação e monitoramento das políticas públicas na Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino- SEDUC/AM, D2 afirmou ainda.

Que no departamento que dirige não existe instrumento de monitoramento depende de cada programa, e após o curso é feito um relatório pelas gerências envolvidas em determinado trabalho. Ao ser questionado se por ventura existe um momento em que DEPPE e CEPAN em conjunto analisam as políticas educacionais implantadas, D2 afirmou que durante o tempo em que exerce a função não aconteceu. Enfatiza que é fundamental que seja criado um sistema de monitoramento, porque o maior problema da SEDUC é que não existe, mas que seja prático e aplicável para que possamos superar as barreiras tanto de pessoal quanto de responsabilidade de cada setor. (D2. Entrevista realizada em 25 de agosto de 2017)

Apesar da existência de fichas, relatórios de cursos oferecidos pela SEDUC denominados de formação, sejam de caráter inicial ou continuada, não é possível perceber que exista monitoramento na acepção que Condé (2012, pág. 95) considera “Por que monitorar? A resposta mais simples e verdadeira é: porque se deve acompanhar a implementação para verificar o cumprimento das ordenações e corrigir erros”.

Analisando as falas dos sujeitos das entrevistas, entendemos que mesmo de maneira pontual, de acordo com o curso oferecido, é feita uma ficha específica para monitorar o trabalho, contudo não percebemos nas considerações momentos de correções de rumo, ou como diz Condé (2012), de erros, para tanto nos valem também do referencial de Jannuzzi (2016) para complementar o conceito e como a princípio deve ser feito o processo de monitoramento de uma política pública educacional.

Com base, nas análises dos resultados da pesquisa, foi possível perceber as fortes lacunas existentes no processo de avaliação e principalmente do monitoramento das políticas públicas educacionais ofertadas pela SEDUC/AM, quando na palavra de G1, ele afirma que o CEPAN/GEAQ não possui nos seus registros nada que remeta a dados registrados do curso de especialização por área, objeto deste trabalho, que ocorreu em parceria com a UEA.

Assentado nas falas dos atores que participaram das entrevistas, que em consenso afirmaram a necessidade premente da SEDUC/AM ter um monitoramento de sua formação docente organizado, sistematizado, em que as diversas instâncias tanto macro quanto micro do Sistema Estadual de Educação domine o processo, objetivando obter informações e conhecimento que permitam correções de percurso, melhoria da prática docente e das ações pedagógicas.

Reforçado pelos referenciais teóricos apresentados, apresentamos na sequência um Plano de Ação Educacional que contempla um Sistema de Monitoramento da Política de Formação Docente na perspectiva de mudança da prática pedagógica.

Neste sentido, algumas situações analisadas nas falas dos sujeitos da pesquisa ficam evidenciadas como a ausência de uma proposta macro de formação continuada na legislação estadual, bem como nos planos de ação da própria SEDUC/AM; nessa conjuntura o CEPAN, enquanto instância administrativa, também não exerce um protagonismo na viabilização de construir um projeto que contemple de forma consistente, a formação continuada docente e, em decorrência dessa lacuna é patente a inexistência de um Sistema de Monitoramento e Avaliação de maneira sistemática.

Ressaltamos que ao afirmarmos a ausência da formação continuada docente na legislação estadual, fica explícito, nas falas, que existe um entendimento que os cursos ofertados são de formação continuada, corroborando com o que fala Gatti (2008. pág. 57) “é tomado de modo amplo e genérico, como compreendendo qualquer tipo de atividade que venha a contribuir para o desempenho profissional”.

Considerando esses aspectos, o que nos chama atenção, não é somente a ausência de uma política de formação docente continuada clara, segura, aliada a um sistema de monitoramento que a acompanhe sistematicamente, mas, sobretudo que não há registro que aponte um caminho em curto prazo para a solução do problema.

3 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL: PROPOSTAS PARA O MONITORAMENTO DA FORMAÇÃO CONTINUADA DA SEDUC/AM

Este capítulo tem por objetivo apresentar um Plano de Ação Educacional (PAE) com foco na formulação de um sistema de monitoramento da formação continuada na Rede Estadual de Ensino da SEDUC/AM, a fim de possibilitar uma reflexão crítica e construtiva, envolvendo o conjunto de instâncias do macrossistema vinculadas à temática, a saber, a Secretaria Executiva Adjunta Pedagógica e os departamentos vinculados a ela e, que desenvolvem as atividades pedagógicas e fins da educação como o CEPAN e suas respectivas gerências, o DEPPE e as gerências ligadas e o CEMEAM no caso da utilização das mídias educacionais para discutir com os municípios sobre a proposta.

O capítulo foi dividido em duas subseções: a primeira trata de uma síntese do contexto da pesquisa quanto ao seu processo de construção e aos resultados alcançados; a segunda apresenta uma proposta de intervenção no processo de monitoramento da formação continuada ofertada pela Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino.

3.1 SÍNTESES DO CONTEXTO DA PESQUISA PARA PROPOSTA DE PAE

O objeto de estudo, o explicitado ao longo desta pesquisa foi o monitoramento da formação continuada que é ofertada pela Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino aos seus docentes da educação básica. Por meio da análise dos resultados das entrevistas, constatamos as dificuldades dos sujeitos em conceituar com propriedade o que é formação continuada, uma política pública, assim, ficaram evidentes os entraves e implicações em entender a importância do monitoramento, não obstante, todos afirmarem a necessidade fundamental dele nos processos pedagógicos da secretaria.

Para além desses entendimentos conceituais, outra dificuldade apresentada e de maior relevância é a ausência da interlocução entre os departamentos como o CEPAN e o DEPPE que são parte fundamental das atividades pedagógicas do macrossistema, essa distância fruto da ausência de direcionamento da SEDUC/AM permite que a organização, o desenvolvimento deste trabalho fique comprometido.

De acordo com a análise feita, percebe-se uma indefinição, ou seja, não existe um direcionamento claro, as ações acabam sendo pontuais e emergenciais. Portanto, sem diretrizes do que se deve fazer, incide diretamente na atuação dos departamentos e gerências que, muitas vezes, atuam quando surge determinada demanda. Portanto, fica explícita a necessidade de discutir mais sobre as políticas públicas e, o quanto a formação continuada, depende de uma avaliação, entendendo que o seu monitoramento precisam estar inseridos nesse escopo, fazer desse trabalho algo cotidiano e rotineiro, assentado na práxis e, com ressonância nos distintos espaços escolares.

Colocar a formação continuada e propor um sistema de monitoramento para que possa acompanhá-la, no contexto de política pública e, chegamos a essa conclusão primeiramente a partir do olhar do pesquisador sobre os resultados, mais preponderantes além do diálogo estabelecido com Gatti (2008), Condé (2012), Libâneo (2013) e Jannuzzi (2016) que entre outros, contribuíram sobremaneira para o referencial teórico que sustentou a pesquisa, fortalecendo a proposta de construir um sistema de monitoramento para a formação continuada da SEDUC/AM.

3.2 PROPOSTAS DE SISTEMA DE MONITORAMENTO DA FORMAÇÃO CONTINUADA

A elaboração do PAE passou a ser um importante instrumento para direcionar e monitorar as ações propostas de modo a substanciar concretamente as ações da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino - SEDUC através de sua Secretaria Executiva Adjunta Pedagógica, mediadas pelos Departamentos de Formação (CEPAN) e de Políticas Públicas (DEPPE) dadas as necessidades apontadas durante o processo de análise dos resultados das entrevistas. Portanto, temos como objetivo apresentar uma proposta que contemple ações sobre formação continuada substanciada por um sistema de monitoramento agregado a uma rede de assistência técnica e pedagógica.

Para viabilizar, aplicar e operacionalizar o PAE nos marcos do sistema macro SEDUC/AM, é fundamental que as instâncias internas sejam interlocutoras entre si, ou seja, o sistema de monitoramento para funcionar, precisa que a Secretaria Executiva Adjunta Pedagógica acione os departamentos e gerências sob sua responsabilidade para que se estabeleçam as parcerias com as demais instâncias

pertencentes aos gabinetes da Secretaria Executiva Adjunta da Capital e Secretaria Executiva Adjunta do Interior, visto que as ações da SEDUC têm abrangência em todo o Estado. Os subsídios para o PAE são frutos das sugestões advindas das entrevistas e das manifestações de cada sujeito entrevistado.

O Quadro 5, a seguir, apresenta uma síntese da proposta de criação de um sistema de monitoramento em rede:

Quadro 5 – Síntese do Sistema de Monitoramento em Rede

Plataforma	Responsáveis pelo Monitoramento	Estrutura de Gestão	Procedimento de Monitoramento	Instrumentos de Captação de Dados
Sistema Sigeam	1. Coordenação 2. Equipe Técnica Específica de Monitoramento	1. Secretaria Adjunta Pedagógica 2. CEPAN 3. DEPPE	1. Inserção e cadastro de Programa, Projetos e cursos de Formação Continuada na plataforma 2. Capacitação da coordenação e equipe técnica de monitoramento	1. Formulário de monitoramento 2. Relatório semestral de monitoramento 3. Fonte de dados nacional e estadual da formação docente continuada

Fonte: Elaboração própria.

O Quadro 5 delinea uma síntese de como o sistema de monitoramento será efetivado, tanto na capital quanto no interior e, tendo como proposta a utilização do sistema SIGEAM, pois o ele atende a toda a Rede Pública Estadual de Ensino, assim permitindo o registro do processo com as informações e conhecimentos basilares fundamentais para subsidiar as políticas públicas.

Para tanto, será constituída uma coordenação de acordo com orientações oriundas da Secretaria Adjunta Pedagógica combinada com considerações apresentadas pelo CEPAN e o DEPPE que formam a estrutura de gestão do sistema de monitoramento e, em seguida a coordenação constituirá a equipe técnica específica de monitoramento composta por servidores de distintos setores vinculados à área pedagógica da Secretaria de Educação e Qualidade de Ensino – SEDUC/AM que a princípio serão lotados no CEPAN.

Definida a equipe técnica, ela e a coordenação se consolidarão assentadas nos seguintes objetivos:

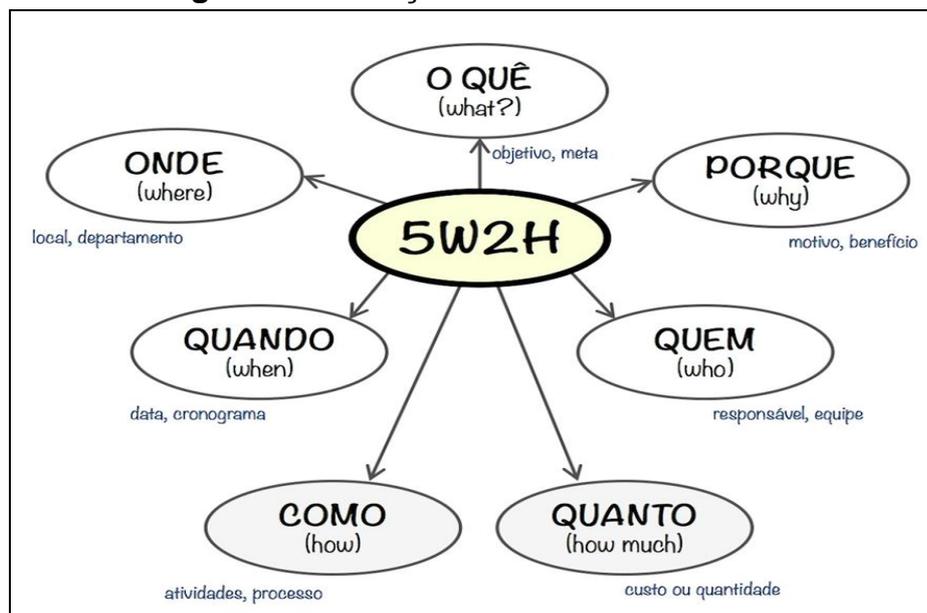
- Capacitar a coordenação e a equipe técnica específica de monitoramento;
- Inserir e cadastrar os Programas, Projetos e cursos de Formação Continuada na plataforma;
- Construir o formulário de monitoramento;
- Formatar o relatório semestral de monitoramento;
- Formatar fonte de dados nacional e estadual da formação docente continuada.

3.2.1 Procedimentos de Monitoramento da Formação Continuada

O PAE foi construído tendo como suporte a 5W2H, que é uma ferramenta administrativa que pode ser utilizada por qualquer instituição. Tem a finalidade de auxiliar na elaboração de planos de ação, aumentando a clareza do colaborador sobre suas atividades, sejam elas de cunho administrativo e organizacional, é feito com o objetivo de equacionar as funções entre os integrantes da equipe.

Partimos dos pressupostos estabelecidos de acordo com a Figura 2, a seguir e seus sete (7) questionamentos:

Figura 2- Ilustração da ferramenta 5W2H



Fonte: Iprocess (2017).

A estrutura do PAE tem por objetivo atender às necessidades apontadas pelas falas externadas pelos diretores do CEPAN, do DEPPE e pela gerente da GEAQ. Nesse sentido, procuramos criar uma metodologia que contempla estudos sobre a temática apresentada em um conjunto que abarque discussões e propostas para as dificuldades apontadas nos dados produzidos e, que apontam sugestões para um direcionamento das ações da SEDUC/AM quanto à formatação de um sistema de monitoramento.

O sistema está organizado em três fases, na perspectiva de organizar a proposta em conjunto com a Secretaria Pedagógica e as demais secretarias adjuntas, os departamentos vinculados a elas, propiciando momentos de interação e interlocução entre elas para conhecer, debater e fazer suas considerações acerca do escopo do sistema.

Entre os departamentos que serão inseridos no debate, o CEPAN tem um papel relevante, posto que, ele está dentro da estrutura organizacional da SEDUC/AM e é o responsável legalmente pela promoção e execução da formação docente continuada e a GEAQ, uma de suas gerências ter a atribuição de monitorar essa política educacional.

Portanto, no Quadro 5 elencamos essas premissas para que tenhamos um olhar do contexto geral da proposta sistêmica do monitoramento da formação continuada da SEDUC/AM.

3.2.1.1 Plano de Ação Educacional de Monitoramento da Formação Continuada

A proposta de reunião envolvendo vários departamentos das Secretarias Executivas Adjuntas é muito importante, na medida em que as mesmas possuem equipes com o caráter de assistência e assessoramento tanto das atividades meios quanto das atividades fim, exercendo papel de fomentar e fortalecer as políticas públicas educacionais da Secretaria de Educação.

Essa proposta de estrutura vem de encontro às considerações feitas pelos sujeitos que participaram da entrevista, pois os mesmos aventaram o distanciamento entre os distintos setores frente os desafios, portanto, a mesma para ser efetivada necessita do entrelaçamento, alinhamento para obter a característica de trabalho conjunto.

Conhecendo a proposta de monitoramento, os departamentos e gerências envolvidas terão oportunidades de apresentar ideias de melhorias ao mesmo, assim como, na discussão compreender a importância da rede estadual de ensino possuir um sistema de acompanhamento e monitoramento da formação continuada construída coletivamente.

Após esse momento, os setores também terão maiores e melhores condições para entender seu papel no processo, para atuar com desenvoltura dentro de suas particularidades e adequada as suas competências de acordo com que define a estrutura organizacional macro.

Quanto à efetividade da proposta, enfatizamos que os departamentos ligados ao âmbito pedagógico possuem grupos de trabalhos e, que na discussão colaborará em alimentar as informações a coordenação e equipe de monitoramento. Também, não teremos custos, haja vista, que onde serão realizadas as reuniões nos espaços do CEPAN, os mesmos são dotados de todo o acervo técnico e tecnológico para as atividades propostas.

Portanto, no Quadro 6, a seguir, elencamos essas premissas para que tenhamos um olhar do contexto geral da proposta sistêmica do monitoramento da formação continuada da SEDUC/AM.

**Quadro 6– Plano de Ação Educacional de Monitoramento da Formação
Continuada da SEDUC-AM**

(continua)

What (o quê?)	Reunião com a Secretária Adjunta Pedagógica e seus respectivos departamentos e gerências sob sua jurisdição para definir o Sistema de Monitoramento presencial e em rede para a Formação Continuada
Why (por que)?	Para que as instâncias da SEDUC-AM macro responsáveis pela política de formação continuada possam tomar conhecimento e se manifestar quanto às propostas apresentadas. Discutir a importância da criação de um sistema de monitoramento para o acompanhamento da formação continuada. Para ter um direcionamento das ações desenvolvidas, a cada setor em suas peculiaridades e, de acordo com suas competências na estrutura administrativa e pedagógica da SEDUC/AM.

**Quadro 6 - Plano de Ação Educacional de Monitoramento da Formação
Continuada da SEDUC/AM**

(conclusão)

Where (onde)?	No auditório do CEPAN.
When (quando)?	Primeiro trimestre de 2018. Haverá reuniões periódicas dentro do trimestre para o processo de implementação do Sistema de Monitoramento.
Who (quem)?	A reunião será coordenada pelos Diretores do DEPPE e CEPAN.
How (como)?	Apresentação dos resultados da pesquisa utilizando recurso audiovisual; explicitação da proposta do sistema de monitoramento; debate e abertura de espaço para que os presentes apresentem contribuições ao tema. A reunião será registrada (lista de presença, foto, etc.) a fim de se ter um documento da realização da atividade.
How much (quanto)?	Utilização do recurso inserido pelo DEPPE no PAR de 2018.

Fonte: Elaborado pelo autor.

3.2.1.2 Formação da Coordenação e Equipe Técnica no Sistema de Monitoramento

A proposta de reunião envolvendo vários departamentos das Secretarias Executivas Adjuntas é muito importante, na medida em que, estes departamentos possuem equipes com o caráter de assistência e assessoramento tanto das atividades meios quanto das atividades fins, exercendo papel de fomentar e fortalecer as políticas públicas educacionais da Secretaria de Educação.

Essa proposta de estrutura encontra consonâncias com as considerações feitas pelos sujeitos que participaram da entrevista, pois eles aventaram o distanciamento entre os distintos setores frente os desafios, portanto, a proposta para ser efetivada necessita do entrelaçamento, alinhamento para obter a característica de trabalho conjunto.

Conhecendo a proposta de monitoramento, os departamentos e gerências envolvidas terão oportunidades de apresentar ideias de melhorias a ele, assim como, na discussão, compreender a importância da Rede Estadual de Ensino possuir um sistema de acompanhamento e monitoramento da formação continuada construída coletivamente.

Após esse momento, os setores também terão maiores e melhores condições para entender o seu papel no processo, para atuar com desenvoltura dentro de suas particularidades e adequar as suas competências de acordo com que define a estrutura organizacional macro.

Quanto à efetividade da proposta, enfatizamos que os departamentos ligados ao âmbito pedagógico possuem grupos de trabalhos e, que na discussão colaborará em alimentar as informações à coordenação e à equipe de monitoramento. Também, não teremos custos, pois serão realizadas as reuniões nos espaços do CEPAN, estes são dotados de todo o acervo técnico e tecnológico para as atividades propostas.

O Quadro 7, a seguir, especifica o processo de formação da coordenação e a equipe de monitoramento visando à construção do sistema de monitoramento que possa monitorar com qualidade os programa, projeto e cursos de formação continuada, assim como, dar suporte confiável de informação e conhecimento para que a SEDUC/AM possa oferecer políticas públicas também envoltas em estratégia e qualidade.

Quadro 7– Formação da Coordenação e Equipe Técnica no Sistema de Monitoramento

What (o quê?)	Formação e capacitação da coordenação e equipe técnica de monitoramento nos instrumentos, tanto presencial quanto na plataforma Sigeam em conjunto com a GEAQ.
Why (por quê?)	Para ter a percepção de como é feito o monitoramento feito pela GEAQ e a partir daí acompanhar sistematicamente os cursos, projetos e programas de formação continuada. Para discutir a proposta de sistema de monitoramento e contribuições. Formatar metodologia para o envolvimento dos distintos setores de acordo com as competências dos mesmos, direcionando-os para as ações conjuntas.
Where (onde)?	Auditório do CEPAN
When (quando)?	Primeiro trimestre de 2018.
Who (quem)?	Gerentes da GEAQ e GEFOR
How (como)?	Organizar a apresentação da proposta com recursos audiovisuais. Registro da atividade.
How much (quanto)?	Utilizar recurso do PAR destinado para o orçamento de 2018.

Fonte: Elaborado pelo autor.

O trabalho conjunto e colaborativo é um grande desafio, pois estamos propondo associação entre a teoria e a prática educativa, alinhada ao planejamento das ações, que devem ocorrer dentro de uma perspectiva de contato direto entre os atores envolvidos, aqueles que hoje conduzem o monitoramento e uma nova equipe que de forma específica desenvolverá uma nova práxis de avaliação e monitoramento. Vale ressaltar que a equipe será formada por servidores da própria secretaria, não obstante, Condé, (p. 96) aponta que “Como indicação, seria desejável que a avaliação não seja conduzida pela gestão encarregada de implementação ou por um corpo técnico ‘interno’ ao processo”, no entanto, considerando o quadro de servidores qualificados que a SEDUC/AM possui, a formação da equipe vai considerar os aspectos apontados pelo autor, contudo, a priori serão os trabalhadores da educação do quadro que formarão a coordenação e equipe de monitoramento.

É fundamental que a coordenação e a equipe técnica passem por um processo de formação e capacitação, para além de compreender a nova proposta de monitoramento, também entendam o papel legal que a GEAQ desempenha até agora e, por conta do novo sistema deverá se adequar à proposição.

A composição da coordenação e da equipe técnica terá a característica multidisciplinar, com experiência em gerenciar programas, em nível de pós-graduação e fundamentalmente com o compromisso de desenvolver trabalho em equipe.

Sabemos o quanto será difícil superar o desafio de estabelecer um monitoramento contínuo e sistemático, visto que, nas falas dos agentes públicos entrevistados, foi consenso a afirmação da inexistência de qualquer mecanismo que remeta a um monitoramento ou mesmo a uma equipe específica para fazê-lo.

A proposta de realizar uma formação para a coordenação e a equipe técnica é imprescindível na medida em que estas devem estar envolvidas numa mesma perspectiva, ou seja, evitando o que foi afirmado nas entrevistas, isto é, as ações pontuais, sem planejamento, mas, propiciando um sistema que se perceba enquanto um início, um meio e um fim e, estrategicamente, permita que os atores envolvidos possam exercer solidariamente seus conhecimentos e competências.

Por outro lado, é necessário, para que a proposta tenha eficácia, que a equipe apresente uma boa sinergia, isto é, primeiramente entender o trabalho realizado pela GEAQ no que tange ao monitoramento e, a partir do que é feito configurar a nova

proposta, apresentando uma metodologia que expresse a importância da interlocução e alinhamento dos diferentes espaços de debates, sejam no departamento e/ou nas gerências para que as competências sejam direcionadas para ações propositivas e conjuntas.

O Quadro 8, a seguir, aponta para a elaboração dos instrumentos que irão compor o sistema de monitoramento, nesse módulo, a equipe responsável pela sua confecção, sempre em regime de colaboração com os departamentos e gerências vinculadas à formação continuada.

3.2.1.3 Instrumentos de Monitoramento

Na elaboração dos instrumentos que fornecem os dados para o monitoramento, composto por uma apresentação de uma matriz curricular, ementa do curso, formação do professor mediador, desempenho do professor mediador, desempenho do professor cursista, quantitativo de oferta e de concluintes. É importante enfatizar que a equipe que compõe a coordenação e a equipe técnica irá se debruçar sobre os elementos de monitoramento já existente na SEDUC/AM mesmo que na prática seja ínfimo seu funcionamento, para que se tenham subsídios no processo de construção do novo sistema.

Portanto, os instrumentos de monitoramento utilizados atualmente pela GEAQ serão colocados à disposição da equipe para que possam ser feitas análises criteriosas, com objetivo de verificar de que forma os pontos positivos desses mecanismos podem ser utilizado na configuração do novo sistema, objetivando a formatação de propostas de relatórios técnicos e de monitoramento.

Nesse contexto, é fundamental que a equipe siga a proposição apresentada e as considerações feitas pelos departamentos e gerências nos encontros que antecederam a formatação do sistema.

O Quadro 8, a seguir, apresenta os instrumentos de Monitoramento:

Quadro 8– Instrumentos de Monitoramento

What (o quê)?	Elaboração dos instrumentos de captação de dados do monitoramento: formulário de monitoramento, relatório técnico.
Why (por quê)?	Para acompanhar sistematicamente os cursos, projetos e programas de formação continuada nos marcos dos instrumentos que serão formatados.
Where (onde)?	Na sala de reuniões do CEPAN
When (quando)?	No início do segundo trimestre de 2018. Haverá reuniões técnicas para discutir e produzir os modelos de formulários de monitoramento.e de relatórios. Serão realizadas três reuniões com a participação da GEAQ, GEFOR, Coordenação e Equipe Técnica de Monitoramento.
Who (quem)?	Responsável pela proposta Diretor (a) do CEPAN.
How (como)?	Reunir a coordenação e equipe técnica para apresentar a proposta de instrumentos de monitoramento tanto presencial quanto em rede. Registro da atividade.
How much (quanto)?	Recurso inserido pelo CEPAN no PAR de 2018.

Fonte: Elaborado pelo autor.

3.2.2 Agenda de Trabalho da Coordenação e Equipe Técnica de Monitoramento

Assim, para colocar em prática a proposta que foi elaborada e, objetivando consolidar e internalizar o trabalho em equipe, para que possa se constituir numa unidade, é importante que a Coordenação e a Equipe Técnica de Monitoramento tenham um direcionamento claro e transparente dos caminhos que serão percorridos, de acordo com a agenda formulada, aqui estabelecida em quatro fases, portanto, é fundamental o domínio do que fazer a partir do diagnóstico, passando pelos instrumentos de monitoramento, bem como organizar com muita atenção o que foi tabulado para postar corretamente e, finalmente, com os dados em mãos, fazer uma análise firme para formatar um relatório que possa subsidiar decisões superiores em relação às políticas públicas educacionais.

Entendendo a agenda de trabalho como uma programação que contemple tanto o que já ocorreu nos projetos e programas bem como as demandas recorrentes no presente (JANNUZZI, 2016) explicitado nos quadros 10, 11, 12 e 13., discorreremos sobre cada fase a seguir.

3.2.2.1 Diagnóstico

Partindo do pressuposto que uma informação precisa ser aceitável e confiável, a equipe técnica de monitoramento constituída por profissionais da própria SEDUC/AM oriundos do CEPAN, DEPPE, CEMEAM se debruçarão sobre os cursos de formação continuada ofertada durante o primeiro trimestre de 2018 na perspectiva de construir um diagnóstico para que possa compreender como foram ofertados, os métodos de avaliação, para que produza um documento mais próximo da realidade e veracidade, evitando que informações mal elaboradas contaminem todo o processo no que concerne ao monitoramento. Para tanto, serão considerados no trabalho se as dimensões que compõem as matrizes curriculares das propostas pedagógicas dos cursos, tais como: ementas, desempenho do professor mediador e desempenho dos professores cursistas para que tenha a percepção se os objetivos propostos foram alcançados.

Quadro 9 – Módulo I da Agenda de trabalho da Coordenação e Equipe Técnica de Monitoramento: Diagnóstico

What (o quê?)	Diagnóstico trimestral dos cursos de formação continuada.
Why (por quê?)	Para a priori conhecer os cursos oferecidos e, diagnosticar seus resultados.
Where (onde)?	Na sala de reuniões do CEPAN.
When (quando)?	Primeiro trimestre de 2018.
Who (quem)?	Coordenação e Equipe Técnica com a participação da GEAQ.
How (como)?	Reunir a coordenação e equipe técnica para elaborar o diagnóstico dos cursos de formação continuada.
How much (quanto)?	Recurso inserido pelo CEPAN no PAR de 2018.

Fonte: Elaborado pelo autor.

3.2.2.2 Aplicação dos Instrumentos de Monitoramento

Após a fase do diagnóstico, a equipe técnica já estará treinada para a aplicação dos instrumentos de monitoramento já previamente elaborados, para tanto seguirá as orientações que constam no Quadro 11, a seguir.

A segunda etapa de consolidação do sistema de monitoramento consiste em aplicar os instrumentos que foram elaborados pela equipe, considerando a metodologia estabelecida, estes instrumentos serão aplicados inicialmente em Manaus, nos espaços em que ocorreram os cursos, contudo, caso seja necessário também será aplicado *online*. Para aplicar no interior do Estado, pelas dificuldades de logística e locomoção, a equipe utilizará o SIGEAM que é o Sistema Integrado de Gestão Educacional do Amazonas da SEDUC/AM, que faz uso de recursos de tecnologia da informação e da comunicação em favor da implementação de políticas públicas, portanto, já existe disponibilizado um sistema que substancialmente nos garante o gerenciamento das informações.

A equipe de monitoramento será treinada nas nuances desse instrumento, visto que, um membro desta equipe será oriundo da GESIN, que é a gerência de informática do CEMEAM, nesse sentido a cada membro será destinada uma senha que permitirá acesso ao sistema para inserir e postar o que for necessário.

Quadro 10 – Módulo II da Agenda de trabalho da Coordenação e Equipe Técnica de Monitoramento: Aplicação dos Instrumentos de Monitoramento

What (o quê?)	Aplicação dos instrumentos de monitoramento “In loco” na capital e <i>online</i> para os demais municípios.
Why (por quê?)	Com objetivo de monitorar os cursos, haja vista, que isso permite que se faça uma releitura, ou mesmo mudança de curso de caráter metodológico.
Where (onde)?	Nos espaços onde foram realizados os cursos e caso seja “on line” nos laboratórios do CEPAN ou no CEMEAM.
When (quando)?	Segundo trimestre de 2018.
Who (quem)?	Técnicos da GEAQ/CEPAN
How (como)?	Em Manaus será aplicado nos locais que ocorreram os cursos e para os demais municípios será via “on line”
How much (quanto)?	Recurso inserido pelo CEPAN no PAR de 2018.

Fonte: Elaborado pelo autor.

3.2.2.3 Tabulação e Postagem dos Dados

Na terceira fase, a equipe familiarizada com o sistema utilizado, com os dados obtidos, terá a responsabilidade de fazer a tabulação destes dados e postar no link destinado no SIGEAM.

É importante a publicidade dos resultados, as unidades de ensinos, as coordenadorias distritais e regionais de educação, os departamentos e gerências da Secretaria de Educação e Qualidade de Ensino SEDUC/AM devem se apropriar desses conhecimentos para colaborar, inferir considerações que possam ajudar nas análises de desempenhos das políticas públicas educacionais do estado. Tal fase está discriminada no Quadro 11, a seguir:

**Quadro 11 – Módulo III da Agenda de trabalho da Coordenação e Equipe
Técnica de Monitoramento: Tabulação e Postagem dos Dados**

What (o quê?)	Tabulação dos dados e postagem dos dados no sistema de monitoramento
Why (por quê?)	Para propiciar publicidade dos resultados da avaliação e monitoramento dos cursos de formação continuada.
Where (onde)?	No Laboratório de Informática do CEPAN
When (quando)?	Segundo trimestre de 2018.
Who (quem)?	Coordenação e Equipe Técnica de monitoramento
How (como)?	Reunir a coordenação e equipe técnica para elaborar a tabulação dos dados e postagem no sistema de monitoramento.
How much (quanto)?	Recurso inserido pelo CEPAN no PAR de 2018.

Fonte: Elaborado pelo autor.

3.2.2.4 Análise dos Dados e Elaboração dos Relatórios

Finalizando a quarta etapa do trabalho que será explicitada no Quadro 13, a seguir, a equipe vai analisar os dados obtidos e através destes construir os relatórios que serão enviados primeiramente ao conjunto da Secretaria Adjunta Pedagógica para conhecimento e encaminhamentos que forem necessários. Mas, para além do trabalho burocrático, a coordenação e a equipe técnica deverão investir em estratégias de disseminação dos resultados, sejam palestras nas coordenadorias de ensino da capital, apresentação via o Centro de Mídias para o interior do estado, e outros. Importante é propiciar aos usuários dos cursos, projetos e programas de formação continuada da SEDUC/AM mais informações tanto quantitativas quanto qualitativa do trabalho desenvolvido.

Quadro 12 – Módulo IV da Agenda de trabalho da Coordenação e Equipe Técnica de Monitoramento: Análise dos Dados e Elaboração dos Relatórios

What (o quê?)	Reunião da coordenação e da equipe técnica para análise dos dados e elaboração do relatório semestral dos cursos e/ou programas de formação continuada da SEDUC/AM.
Why (por quê?)	Ao analisar os dados com propriedade, a equipe terá condições de elaborar relatórios com clareza, consistência para enviar às instâncias da secretaria ligada as questões pedagógicas.
Where (onde)?	Na sala de reuniões do CEPAN
When (quando)?	Final do primeiro semestre de 2018.
Who (quem)?	Coordenação e Equipe Técnica de Monitoramento
How (como)?	Reunir a coordenação e equipe técnica para análise dos dados e elaboração de relatórios de monitoramento.
How much (quanto)?	Recurso inserido pelo CEPAN no PAR de 2018.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Por fim, considerando os questionamentos apresentados podemos dizer que os estudos e a pesquisa voltada para o processo de monitoramento da formação continuada ofertada pela SEDUC/AM promovem uma melhor compreensão dessa ação, pensada por nós e aventada pelos diretores do CEPAM, do DEPPE e da gerente da GEAQ como preponderante para melhorar o trabalho macro educacional, apresentando também melhores políticas públicas educacionais para as outras unidades micros. As lacunas com certeza existem, contudo, como afirma JANNUZZI (2016, p. 129) as formulações de políticas “[...] não necessitam de dados, pesquisas e conhecimentos exaustivos sobre seus programas, mas informação clara, relevante e consistente [...]”.

É evidente que não temos a pretensão de afirmar que essa proposta enseja a solução em última instância para os problemas enfrentados pela SEDUC/AM nos seus programas e projetos de formação continuada, mas acreditamos que é um início promissor para minimizar os problemas e enfrentar os desafios que surgem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O avanço que o mundo contemporâneo propicia nos remete para que possamos ser ousados, mesmo nos momentos em que o tema educação não é compreendido enquanto estratégia para quem de direito faz dela espaço de desenvolvimento pessoal e profissional.

Nesse sentido, enquanto objeto de estudo da área educacional, essa pesquisa acerca do monitoramento da formação continuada não tem a pretensão de ser caracterizada pelo inédito ou mesmo singular, contudo, tem a objetivo de provocar e contribuir para uma reflexão e um debate importante e propositivo sobre a formulação de um sistema de monitoramento para a SEDUC/AM.

Destacamos a relevância da temática, em virtude da importância de fomentar nos debates o entendimento tanto da formação continuada quanto da criação de um sistema de monitoramento que contemple não somente os cursos, projetos ou programas de formação docente, mas também os distintos atores educacionais que compõem essa teia, instigando um acompanhamento sistemático das ações.

Ficou também evidente que no decorrer da pesquisa e do processo de investigação, a inexistência de um sistema de monitoramento que abarque toda a formação continuada da SEDUC/AM, afirmamos isso com base nos resultados que emergiram no processo de análise dos instrumentos de pesquisa a que foram submetidos os responsáveis pela formação docente.

De extrema relevância foi o referencial teórico que serviu de base e suporte desta pesquisa, direcionou e norteou as reflexões sobre política pública, formação continuada docente, gestão educacional e fundamentalmente acerca da importância do monitoramento das ações que permeiam esse universo da educação.

Os procedimentos metodológicos, com análise de documentos e entrevistas, aliado ao ato investigativo possibilitaram uma produção de dados qualitativos, cujos resultados responderam às problematizações aventadas que também possibilitaram o alcance dos objetivos estabelecidos.

Portanto, tendo como suporte essas ferramentas de características tanto teóricas quanto metodológicas, foi possível a fundamentação das análises sobre a gestão da educação, formação continuada, inseridas no contexto das políticas públicas nos marcos da educação brasileira, para então entender as suas ramificações no sistema de ensino estadual, entendendo esse processo que,

permitiu que fortalecesse a proposta de monitoramento da formação continuada da SEDUC/AM nesse contexto.

Podemos enfatizar que o Plano de Ação Educacional, aqui apresentado, além de ser potencialmente exequível, tem a perspectiva de instrumentalizar a rede estadual de ensino, no que tange à criação de um sistema de monitoramento alinhado aos resultados expresso nesta pesquisa.

A utilização dos referenciais teóricos também permitiu a percepção do quanto ainda é tímida a produção acadêmica no que concerne ao monitoramento enquanto um instrumento que permite analisar com mais propriedade os resultados das políticas públicas educacionais, não obstante estar referenciado nos anais dos trabalhos científico das distintas academias no conjunto das universidades e institutos de ensino superior.

Como relatamos anteriormente e, consubstanciado na pesquisa e, principalmente nos resultados advindos da análise das entrevistas, ficou claro que existe uma política pública mesmo que pontualmente de formação docente na SEDUC/AM, o que não tem são um acompanhamento e monitoramento contínuo e sistemático das ações. E isso nos parece uma contradição, haja vista, que é feita uma formação, contudo, as análises, avaliações não são sistematizadas.

Essa contradição emergida da existência de política pública, mas da ausência de um monitoramento rotineiro, permite que façamos uma proposta em que seja contemplada a formação de uma equipe específica para realizar o trabalho e, que essa seja composta de uma coordenação e uma equipe técnica. Isso só foi possível na medida em que esses entraves só surgiram após a análise feita a partir das falas dos sujeitos que participaram da entrevista.

Além da formação da equipe, é primordial que ela seja submetida a uma formação nas nuances administrativas e pedagógicas como sugere o PAE, considerando que os elementos que farão parte desta equipe são servidores da própria rede, essa formação será realizada em serviço, para depois estabelecer critérios para a equipe ficar exclusivamente desenvolvendo o trabalho de monitoramento.

De acordo com os posicionamentos dos diretores do CEPAN e do DEPPE, os processos pedagógicos que envolvem a formação continuada docente apresentam dificuldades de direcionamento da SEDUC, ou seja, ainda não foi compreendida pelas instâncias o papel que cada setor tem que assumir, assim, as

atribuições e responsabilidades, mesmo que estejam definidas por lei, não são desenvolvidas com propriedade.

Então, a falta de um alinhamento, interlocução entre os departamentos, e suas respectivas gerências, sob a orientação das secretarias adjuntas, principalmente a pedagógica aumentam as dificuldades, sobretudo pela ausência de planejamento, reuniões pedagógicas que possam irradiar decisões que colabore sobremaneira com as práticas docente na escola, principalmente retornando com qualidade os resultados dos cursos de formação docente continuada via um bom sistema de monitoramento.

Destacamos o quanto foi importante esse período de leitura, debates, discussões, tanto presencial quanto online para o nosso crescimento pessoal e principalmente, profissional, nosso olhar sobre a educação brasileira e em especial a do Amazonas se alargou sobremaneira, sobretudo qualitativamente. Por outro lado, confirmados que nossos objetivos iniciais foram alcançados, refletimos sobre o enorme desafio que temos pela frente, isto é, propiciar à Secretaria de Educação e Qualidade de Ensino do Amazonas, mecanismos que possam ser usados para superar os grandes obstáculos que a educação amazonense enfrenta.

No mais, o presente trabalho teve como objetivo analisar o monitoramento da formação continuada demarcado pela ausência desse importante instrumento. Para além dessa importância, o objetivo singular foi contribuir para melhores debates e reflexões sobre a temática, todavia, as mudanças só podem acontecer de haver envolvimento dos sujeitos e, disseminar os conhecimentos, os desafios enfrentados e superados, entendendo que os resultados aqui apresentados são resultados da conjuntura atual, portanto, há muito a ser pesquisado.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS (Estado). **Plano Estadual de Educação do Amazonas (2015-2024)**. Amazonas: Manaus, 2015.

AMAZONAS (Estado). Lei nº 78, de 18 de maio de 2007. **Altera a Lei nº 08 de 05 de maio de 2005 e dispõe sobre as finalidades dos órgãos da Seduc/AM**. Manaus, AM, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 02 jul. 2017.

BRASIL. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2017.

BRASIL. Lei 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE, e dá outras providências**. Disponível em: <www.observatoriodopne.org.br/metaspne>. Acesso em: 02 out. 2017

CONDÉ, Eduardo Salomão. **Abrindo a Caixa: dimensões e desafios na análise de Políticas Públicas**, 2012.

CORSETTI, Berenice. **A Política Educacional e as Diretrizes para a Formação de Professores**, 2004.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, Curitiba. nº 24, p. 213-225, Editora UFPR, 2004.

GATTI, Bernadetti. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n.37, jan./abr. 2008.

GATTI, Bernadetti; BARRETTO, E. S. S. **Professores: aspectos de sua profissionalização, formação e valorização social**. Relatório de Pesquisa. Brasília: Unesco, 2009.

IMBERNÓN, F. **Formação permanente do professorado**: novas tendências. São Paulo: Cortez, 2009.

IPROCESS. Disponível em: <<http://blog.iprocess.com.br>>. Acesso em: 27 out. 2017

JANNUZZI, P. M. **Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais**: uma introdução aos conceitos e técnicas. Campinas: Alínea, 2016.

LIBÂNEO, J.C. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática, 6ª ed. São Paulo: Heccus Editora, 2013.

MAINARDES, J. Abordagem do Ciclo de Políticas: Uma Contribuição para a Análise de Políticas Educacionais. **Educ. Soc. Campinas**, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2010.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências. **RBPAE** – v. 25, n.2, p. 197-209, mai./ago. 2009

OLIVEIRA, Raimundo Correa de. **Formação de Gestores na CDE7 de Manaus: Realidade, Possibilidades e Limites**. Mestrado (Dissertação). Programa de Pós-graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais. 2016.

APÊNDICE A

PROPOSTA DE FORMULÁRIO DO ROTEIRO DE ENTREVISTAS 1

Senhor (a) diretor (a) do CEPAN, sou Jose Luiz Braz Melgueiro, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública da UFJF, e estou desenvolvendo uma pesquisa sobre o Programa de Formação Continuada, com foco na avaliação e monitoramento, sob a orientação da Profa. Dra. Alexandra Zanetti. E os dados serão usados para fins de pesquisa não acarretando qualquer prejuízo a você.

BLOCO 1: Dados de Identificação

- 1 Função:
- 2 Graduação:
- 3 Especialização:
- 4 Tempo de exercício no magistério:
- 5 Tempo exercendo a função:

BLOCO 2: Ações do CEPAN no processo de formação inicial e continuada e da avaliação e monitoramento.

1. O Centro de Formação Profissional Pe. José de Anchieta tem a responsabilidade de desenvolver, no âmbito do macro sistema da SEDUC/AM, as políticas de formação voltadas para os servidores que atuam na Educação Básica.
Como são definidos os programas ou projetos de formação continuada voltados para esse público?
2. A partir das definições de demandas, como se estabelece a parceria entre o CEPAN e os outros departamentos na implementação de programas ou projetos de formação?
3. Quais os setores responsáveis pela elaboração dos programas de formação continuada?
4. Quais os setores responsáveis pela elaboração dos instrumentos de monitoramento dos cursos oferecidos?
5. Após a realização dos cursos, como é operacionalizado o monitoramento, e o que é feito com os instrumentos?

6. É feito uma sistematização dos resultados?
7. É formulado um relatório sistematizado com o conjunto das informações dos cursos ofertados?
8. Como são pensadas a formação continuada e como são ofertadas?
9. O que entende por avaliação, monitoramento e formação continuada?
10. Qual a importância do monitoramento para a formação continuada?
11. Como classificaria a atual formação continuada e suas políticas de monitoramento?
12. Os dados dos cursistas são catalogados e analisados de que forma?

APÊNDICE B

PROPOSTA DE FORMULÁRIO DO ROTEIRO DE ENTREVISTAS 2

Senhor (a) diretor (a) do DEPPE, sou Jose Luiz Braz Melgueiro, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública da UFJF, e estou desenvolvendo uma pesquisa sobre o Programa de Formação Continuada, com foco na avaliação e monitoramento, sob a orientação da Profa. Dra. Alessandra Zanetti. E os dados serão usados para fins de pesquisa não acarretando qualquer prejuízo a você.

BLOCO 1: Dados de Identificação

1. Função:
2. Graduação:
3. Especialização:
4. Tempo de exercício no magistério:
5. Tempo exercendo a função:

BLOCO 2: Ações do DEPPE no que tange o acompanhamento das políticas públicas da SEDUC/AM

1. O Departamento Educacional de Políticas Públicas tem a responsabilidade, no âmbito do macro sistema da SEDUC/AM, de acompanhar o desenvolvimento das políticas públicas envolvendo os servidores que atuam na Educação Básica.

Como são definidos os programas ou projetos voltados para esse público?

2. A partir das definições de demandas, como se estabelece a parceria entre o DEPPE e o CEPAN, assim como com os outros departamentos, na implementação de programas ou projetos de formação aos servidores?

3. O DEPPE faz algum tipo de acompanhamento e monitoramento dos cursos ou programas de formação continuada?

4. Existe algum tipo de instrumento de monitoramento específico do DEPPE para acompanhar a formação docente?

5) É feita uma análise dos instrumentos de monitoramento das políticas públicas em conjunto com o CEPAN?

ANEXO A**GERÊNCIA DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS E
AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA FORMAÇÃO/GEAQ/CEPAN/SEDUC****FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO**

Este formulário tem por finalidade avaliar as atividades de Formação, desenvolvidas e/ou coordenadas pelo Centro de Formação Profissional Padre José de Anchieta. Sua resposta deve expressar a realidade, para que possamos promover adequações necessárias, de modo a oferecer melhores condições para as próximas formações, na perspectiva de colaborarmos para a qualidade da Educação.

1. Identificação da Ação de Formação

Ação (curso/programa/ projeto/Módulo):

.....

Formador (es):

.....

Local:.....

Período:.....

Na sua avaliação, utilize a escala de 1 a 4 seguindo os critérios de avaliação descritos abaixo:

Critérios de Avaliação	
Descrição	
1	Insuficiente
2	Regular
3	Bom
4	Ótimo

2. ARTICULAÇÃO/INFRAESTRUTURA/RECURSOS	1	2	3	4
As instalações tinham condições adequadas, em termos de conforto, dimensões e equipamentos?				
Os recursos utilizados para divulgação e inscrição nesta formação foram adequados?				
Os recursos pedagógicos utilizados e disponibilizados estavam atualizados, com orientações práticas adequadas e em quantidade suficiente para todos os participantes?				
3. METODOLOGIA/DESEMPENHO DO FORMADOR	1	2	3	4
Demonstrou domínio e conhecimento atualizado sobre os temas abordados?				
Apresentou com clareza e objetividade os conteúdos e as técnicas de ensino?				
Conseguiu criar um ambiente propício para interação e troca de experiências?				
Foram esclarecidas dúvidas suscitadas durante a formação?				
A carga horária referente a esta formação permitiu desenvolver todos os pontos do programa e a execução de atividades práticas?				
4. AUTOAVALIAÇÃO	1	2	3	4
Possuo conhecimentos prévios sobre as temáticas abordadas nesta formação?				
Fui participativo?				

Os conteúdos abordados se aplicam a minha prática docente ou a função que desempenho?				
Assimilei os conteúdos abordados e me sinto em condições de aplicá-los em minha práxi?				

5. Registre os pontos a serem melhorados com as respectivas sugestões.
